

Arquitetura e Emergência

Tiago Sá Gomes

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa
Escola de Tecnologias e Arquitetura
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Mestrado Integrado em Arquitetura

Trabalho Teórico submetido como requisito parcial para obtenção do grau
de Mestre em Arquitetura

Orientador:
Professor Doutor Vasco Rato, Professor Auxiliar Convidado, ISCTE-IUL

Outubro de 2016

Agradecimentos

Ao Professor Vasco Moreira Rato

Ao arquitecto Pedro Clarke

Ao arquitecto Tiago Mota Saraiva

Ao André, à Maria João e ao Nuno

Ao meu pai e à minha mãe

Resumo

Palavras Chave

As catástrofes naturais, as guerras e as crises estacionárias, com populações inteiras em situações crónicas de pobreza extrema, são alguns dos principais indicadores que denunciam o actual estado de sítio que se instalou nas várias frentes da sociedade contemporânea.

Arquitectura de Emergência

A problemática actual em torno da Arquitectura de Emergência resulta fundamentalmente da coincidência de duas crises distintas, por um lado a da sociedade, marcada pelas catástrofes humanitárias que colocam em risco o equilíbrio de um frágil ecossistema social e por outro a da arquitectura, enquanto profissão, tanto do ponto de vista da sua identidade ideológica como do ponto de vista do seu mercado de trabalho.

Crise Humanitária

É necessário, em primeiro lugar, aferir a legitimidade e os termos da acção do arquitecto nesta prática humanitária de forma a assegurar a eficiência da mesma e em segundo lugar, caso se confirme a primeira hipótese, a necessidade de implementar sistemas que permitam fazer desta uma opção profissional sustentável para ateliers de várias escalas.

Arquitectura de Causas

Com vista ao entendimento mais profundo desta matéria, o presente trabalho inicia-se com uma leitura crítica da relação da arquitectura com a sociedade num passado recente. A este inicio, segue-se um segundo capítulo de enquadramento teórico, que visa a definição de um tema que frequentemente se diluiu entre outras práticas de cariz social, fazendo para isso a decomposição da sua sequência de intervenção e esclarecendo qual o contributo do arquitecto nesta temática. O terceiro capítulo faz enquadramento histórico das práticas de emergência ao longo do século XX bem como do seu estado actual. No quarto capítulo, o tema é consubstanciado por uma panorâmica global das diferentes crises humanitárias. No

6

quinto capítulo, é feita uma análise tripartida às principais áreas de desenvolvimento destas práticas, abordando nomeadamente a prática do voluntariado, o papel das universidades e por último, a prática corrente dos ateliers. O sexto capítulo foca-se na relação entre as diferentes partes do sistema através da análise da sua rede de conhecimento. Por último, o sétimo capítulo procura aferir, numa abordagem mais prática, a sustentabilidade financeira do desafio. Em anexo, é também inserida uma entrevista que procura estabelecer uma relação mais próxima ao objecto de estudo, interpellando, no panorama português, alguns dos actores desta nova agenda.

A separação entre cada um dos capítulos e as imagens correspondentes, pretende romper com semiótica tradicional deste meio associada a símbolos de crise e recuperação explícitos, tentando com isso valorizar a análise objectiva das ideias base implícitas neste trabalho.

Mais do que explorar as metodologias específicas das práticas arquitectónicas de emergência, o presente ensaio procura fazer uma leitura mais abrangente à sua engrenagem sistémica, considerando racionalmente a eficiência do sistema como um todo.

Voluntariado
Aprendizagem de Base
Local

7

Abstract

Keywords

Natural disasters, wars and stationary crisis, with entire populations in chronic situations of extreme poverty, are some of the main indicators of the chaotic condition present in many fronts of the contemporary society.

Emergency
Architecture

Today's problematic over Emergency Architecture is fundamentally driven by the coincidence of two distinct crises, on one side the society crisis, determined by the humanitarian catastrophes that pose a high risk to our fragile social ecosystem and on the other side, a profession crisis, concerning both its ideological identity as well as its marketplace.

Humanitarian Crisis

It is necessary, primarily, to assess the legitimacy of the architect's action terms in this humanitarian practice in order to ensure its efficiency and secondly the need for implementing systems that enable to make this area as a professional and sustainable option for the studios in their many scales.

For Proposed
Architecture

In order to deeply understand this matter, the current work begins with a critical reading of the relationship between architecture and society in the last few years. This beginning, is followed by the second chapter with the theoretical framework, that aims to define a topic that frequently dissolves itself amongst other social practices, through the decomposition of its intervention sequence making clear the role of the architect in this topic. The third chapter makes the historical framework of the emergency practices along the 20th century as well of its actual state. In the fourth chapter, the topic is substantiated with a global panoramic of the different humanitarian crisis. The fifth chapter is dedicated to a tripartite analysis of the main development areas of these practices, particularly addressing the voluntary practices, university's role and at last, the general practice of the studios. The sixth chapter focuses on the relationship between the different parts of the system through the

analysis of its network. At last, the seventh chapter aims to assess, in a more practical approach, the financial sustainability of the challenge. The appendix also contains an interview that establishes a closer relationship with the object study, approaching, in the Portuguese scenario, some of the live actors of this new agenda.

The separation between each chapter and their correspondent images, intends to break with the traditional semiotics of this media associated with crisis and recovery symbols, trying so to value the objective analysis of the ideas implicit in this work.

More than explore the specific methods of the emergency practices, this essay tries to make a wider approach of its systemic engine, considering the system as a whole.

Voluntary architecture

Place-based Learning

Introdução.....	Página 13
1. Arquitectura e Sociedade.....	17
2. Enquadramento teórico: Arquitectura de emergência	
2.1 Definição do tema.....	25
2.2 A sequência de intervenção.....	26
2.3 O contributo do arquitecto.....	28
3. Enquadramento histórico	
3.1 Um século de desenvolvimento das práticas de emergência.....	37
3.2 Arquitectura de Emergência hoje.....	42
4. Estado de Sítio.....	51
5. Experiência, educação e treino	
5.1 O contributo do Voluntariado.....	61
5.2 A questão do ensino: Universidades.....	66
5.3 Arquitectura de causas ou Arquitectura para todos - a prática corrente do atelier....	72
6. Rede de conhecimento.....	87
7. Sustentabilidade financeira do desafio.....	99
Conclusão.....	107
Bibliografia.....	111
Índice de figuras.....	117
Anexos	
Conversa com Pedro Clarke e Tiago Mota Saraiva.....	123

“Infelizmente há três coisas que não podemos dar por garantidas que são: que as sociedades mostrem algum interesse por compreender o passado, que os governos nacionais e internacionais se interessem sinceramente pelo bem-estar das vítimas e que a ajuda chegue sempre de maneira altruísta” (Davis 1980, p143).*

Introdução

As colossais crises migratórias no mediterrâneo e a consequente crise de refugiados na Europa, os cataclismos naturais cada mais intensos e frequentes por todo globo, as condições de pobreza e precariedade extrema prementes nos países subdesenvolvidos, são alguns dos principais factores que constroem o actual estado sítio em que a sociedade contemporânea se encontra. Estas crises de uma escala sem precedentes colocam em causa um ecossistema social cada vez mais susceptível e próximo de um ponto de ruptura. A discussão sobre este tema nunca foi por isso, tão pertinente e ao mesmo tempo tão urgente.

A Arquitectura de Emergência surge, a par de outras matérias, como uma actividade vital para salvaguarda e recuperação da integridade e dignidade das comunidades afectadas.

O mediatismo que as práticas de emergência têm vindo a ganhar nos media da disciplina, facto em muito reforçado pela atribuição de dois Pritzkers a arquitectos que desenvolveram a sua carreira sobre o tema, Shigeru Ban e Aravena, parece não ter sido capaz operar uma mudança de fundo na profissão do arquitecto. Existe ainda uma incongruência entre a aparente escassez de encomenda no mercado tradicional e o volume incomensurável de trabalho a ser feito junto das comunidades mais desfavorecidas.

Qual tem sido a posição do arquitecto relativamente a este desequilíbrio? Que responsabilidades assumiu? Como se tem vindo a cumprir a sua nova agenda social? Qual a dimensão política que pode assumir através do seu trabalho? De que forma se têm coordenado os diferentes agentes na procura de respostas eficazes no panorama de emergência?

O presente ensaio faz destas questões o objecto da sua análise. Mais do que explorar o *modus operandi* das práticas arquitectónicas de emergência, este procura essencialmente compreender, a montante, a pertinência da acção, tanto do ponto de vista da sua relevância ética como da capacidade efectiva de expandir o espectro de trabalho da profissão. Através de uma distância crítica faz uma leitura mais abrangente à sua engrenagem sistémica, considerando racionalmente a eficiência do sistema como um todo.

Como contraponto às evidentes virtudes desta agenda torna-se também necessário questionarmo-nos seriamente sobre a sua aplicabilidade prática, elevando desta forma o tema acima do mero apelo a um altruísmo missionário e abnegado, aproximando-o de uma solução real e concreta. Nesse sentido o ensaio coloca inevitavelmente a questão sobre a sustentabilidade da prática da Arquitectura de Emergência (desta actividade específica).

Embora a análise esteja essencialmente focada no trabalho desenvolvido no estrangeiro, procura também fazer um paralelo com alguns exemplos do panorama nacional, onde a convenção ideológica sobre a definição de arquitectura erudita ainda se encontra petrificada numa ideia de poesia imaculada e construção herdada de outras gerações noutras circunstâncias.

Acima de tudo é importante relevar que esta base teórica tem uma forte relevância operativa. A eficácia da acção de uma prática arquitectónica, seja ela convencional ou de emergência, depende em grande medida dos princípios que a alimentam e do sistema que a suporta. Se soubermos qual o nosso papel, se conseguimos esclarecer o número excessivo de questões pendentes, talvez possamos avançar com outra segurança.

* tradução livre

^o nota de rodapé

Arquitectura e Sociedade

A compreensão e leitura do tema da *arquitectura de emergência* obriga a uma leitura mais abrangente dos fenómenos sociais que determinaram a relação que o Arquitecto tem desenvolvido com a sociedade num passado recente.

A aparente estabilidade social e económica que se instalou no Ocidente nas duas últimas décadas do século XX, conduziu a nossa sociedade a um estado de dormência relativamente às questões de ordem social do qual a Arquitectura não foi excepção.

O aumento exponencial do volume de construção, entre o início da década de 90 e a primeira década do século XXI, contribuiu para a alteração da preponderância da arquitectura. A consolidação do neoliberalismo juntamente com globalização da economia de mercado conduziu ao aparecimento da figura do *star-architect*, o qual fez ouvir, sobre todas as outras arquitecturas, a arquitectura icónica, a qual se elevou como *zeitgeist* deste período (Massad 2014). Alimentada por um processo de mimese deu-se a proliferação de uma arquitectura de imagem (Clarke 2015), de fraca qualidade, facilmente aceite e absorvida pela sociedade de hiperconsumo. Esta *“arquitectura de estrelas”* acabou, de uma forma generalizada, por colar o trabalho do arquitecto a uma atitude individualista e cúmplice de um mercado e de uma elite dominante, *“desentendendo-se em alguns casos por convicção e outros por inércia, com o seu compromisso como actor social”* (Massad 2014) Neste contexto de êxtase, apesar de algumas iniciativas isoladas, as práticas sociais mantiveram-se à margem do foco de trabalho do arquitecto.

O colapso desta sala de espelhos começou a ser entrevisto com a dura recessão económica na Europa e América do Norte, a qual denunciou a fragilidade e decadência do sistema montado. A repentina escassez de recursos mostrou-se

“Porque é Homem e porque a sua acção não é fatalmente determinada, ele deve procurar criar aquelas formas que melhor serviço possam prestar quer à sociedade, quer ao seu semelhante, e para tal a sua acção implicará, para além do drama da escolha, um sentido, um alvo, um desejo permanente de servir” (Távora 1962).

severa e incompatível com as exuberâncias e excessos da arquitectura do espetáculo (Massad 2014), colocando deste modo o papel do arquitecto em causa. Este panorama depressivo, que se manteve ao longo dos últimos dez anos, desencadeou uma crise de mercado e uma redução do investimento público que, coincidindo com o aumento exponencial do número de arquitectos, conduziu inevitavelmente a uma grave crise de emprego.

Perante este cenário, o arquitecto foi duplamente confrontado, por um lado, com uma crise de identidade provocada por um esvaziamento ideológico e por outro com uma crise de oportunidade pela escassez de encomenda que resultou da crise económica.

Como consequência deste impasse, a arquitectura sentiu a necessidade de reagir, levando o arquitecto à procura de novos significados e de novos slogans. O tema *Social* surge então, oportunamente, como um programa redentor e de causas que permitiria à profissão preencher, em parte, o vazio deixado pelo seu antigo cadastro (Massad 2014, p38).

Ao mergulhar neste tema a arquitectura despertou para uma realidade caótica, assolada por diversas crises sociais e humanitárias que estavam na ordem do dia da agenda política dos povos. Esta visão global, estimulada pelo acesso à informação e pelo aparecimento de novos conteúdos, “*augmentou a riqueza da discussão em torno da disciplina*” (Santiago Baptista e Melâneo 2014, p116) desenvolvendo um sentido de urgência que levou à reaproximação de alguns arquitectos a estas questões de ordem social, revelando assim práticas que, nunca tendo deixado de existir, voltaram a ser valorizadas. O crepúsculo deste retorno trouxe assim para cima do estirador, questões relacionadas com “*a importância e os problemas da participação, o papel social do arquitecto ou o papel da arquitectura em cada uma das fases do processo*” (Santiago Baptista e Melâneo 2014, p116).

Estas interrogativas ajudaram a estabelecer uma consciência crítica fundamental

ao desenvolvimento das chamadas “*práticas emergentes*”¹ tais como a “*arquitectura social*”, “*arquitectura humanitária*”, “*arquitectura de interesse público*” (Fisher 2008 citado em Clarke 2015, p9) ou a própria “*arquitectura de emergência*”, práticas essas que com frequência se intersectam.

Estes novos modelos vieram colocar em causa uma série de dogmas da profissão assim como o seu âmbito de mercado. Como contraponto à crise de encomenda do mercado tradicional o arquitecto é confrontado com uma necessidade extrema noutras áreas (Clarke 2014). A escassez de encomenda é assim denunciada, com ironia, enquanto contrassenso ético da disciplina: de facto, uma análise mais abrangente às diferentes crises a nível mundial, é o suficiente para constatar que objectivamente nunca houve tanto para construir e reconstruir como hoje, “*quer nas cidades, quer em locais remotos, tanto em Portugal como lá fora*” (Clarke 2014, p104).

Este estado de incongruência deriva do facto de actualmente a arquitectura funcionar ainda sobre um critério discriminatório ao prestar maioritariamente os seus serviços a uma ínfima minoria da sociedade que detém a maior parte da riqueza e que, por isso mesmo, a pode pagar (Coulombel 2011). Esta discrepância é fortemente assinalada no texto de Paul R. Polak “*Design for the other ninety percent*”, no livro do mesmo nome, em que propõe a expansão do horizonte da profissão através de uma subversão do actual modelo, ao “*pensar nos pobres como clientes em vez de recipientes de caridade*” (Polak, 2007 citado em Clarke 2015, p9)*.

O arquitecto permaneceu demasiado tempo alheio a estas questões (Coulombel 2011) quando é da sua responsabilidade ética tomar parte activa na resolução destas disparidades (Lepik 2010). Este não é aliás, diga-se, apenas um problema individual, mas da profissão no seu conjunto. O volume de trabalho é incomensurável e a oferta existente é ainda, claramente insuficiente face aos desafios que se colocam nas várias frentes tanto à escala global como local. Existe uma questão quantitativa que

¹ Que não se confunda práticas emergentes (que emergem, surgem) com arquitectura emergente (de carácter prioritário), a segunda é decorrente do movimento implícito na primeira.

apela, num sentido mais abrangente, a um esforço ético e de inteligência colectiva que conduz invariavelmente à necessidade de uma resposta coordenada da classe (Aravena 2016a).

Perante este cenário dramático de crise social e económica de larga escala “*Não é difícil inferir que o ofício do arquitecto, senão mesmo a respectiva sobrevivência, passa por equacionar, de algum modo, esta condição global na sua actividade*” (Rodeia 2006, p19). Não falamos apenas de uma arquitectura de emergência, mas antes, ou também, de uma arquitectura em emergência. A coincidência entre estes dois fenómenos constitui acima de tudo uma oportunidade da profissão se expandir e de “*redefinir a sua actividade*” (Santiago Baptista 2014, p20). Nesse sentido, o interesse do arquitecto nesta nova agenda pode ser interpretado por um lado como um desejo de se envolver em novos desafios social e culturalmente relevantes e por outro, como uma procura de uma encomenda profissional alternativa (Vanucci 2014, p15), ou seja, tanto por um sentido ético como por uma perspicácia utilitária.

Esta expansão, no entanto, pressupõe uma aceitação recíproca, na medida em que o espaço que temos para o diálogo é predeterminado pela posição que assumimos na sociedade (Chipperfield 2014, p160). O desafio coloca-se por isso não apenas na forma como o arquitecto vê a sociedade, mas também na forma como é visto por ela.

Como André Tavares denuncia no texto editorial “*Combate e Tática*” (Tavares 2013) “*A arquitetura está refém da sua suposta inutilidade – à falta de investimento na construção, as competências próprias da disciplina são tidas como dispensáveis*” (Tavares 2013, p85). Criou-se uma ideia equívoca sobre a relevância da prática arquitectónica fundamentada numa ignorância de grande parte da sociedade relativamente ao significado da arquitectura, ao seu papel e aos seus benefícios². (Bell 2008 citado em Clarke 2015, p9). A fragilidade desta condição denuncia a

² Este ponto é mais tarde aprofundado no capítulo do Sistema Financeiro, onde é incluída também a visão das organizações de ajuda humanitária relativamente ao arquitecto.

necessidade individual e colectiva de reconsiderar fundamentalmente quais são as questões e os problemas da disciplina (Bell 2008 citado em Clarke 2015, p9), de forma a que consiga provar que é “*uma forma de conhecimento útil nas mais variadas circunstâncias*” (Tavares 2013, p85).

Na sua base, esta mudança de paradigma depende da iniciativa voluntária do arquitecto na redefinição da sua imagem, não só pelo envolvimento mais profundo e visível com a realidade dramática que o rodeia como também pela sua capacidade efectiva de transfigurar positivamente esse cenário. Nesta sequência, Bell sugere que a solução passa por encarar a arquitectura como uma prática activista, na qual está implícita uma proactividade do arquitecto no envolvimento com as comunidades de forma a identificar oportunidades de projecto com um potencial impacto social, (Bell 2008 citado em Clarke 2015), subvertendo a atitude corrente de uma prestação de serviços passiva.

Nabeel Hamdi vai mais longe nas implicações deste movimento transformador ao afirmar que “*o envolvimento com este tipo de problemas através de intervenções práticas no terreno, vai obrigar (...) a expandir o mandato da prática além dos convencionais limites da disciplina*” (Hamdi 2010, p223)*, sugerindo que o compromisso social do arquitecto ultrapassa a identificação do campo de estudo e das questões técnicas inerentes à construção de uma obra, implicando também a capacidade de “*induzir a mudança, lidar com as causas primeiras dos problemas – e não apenas os sintomas – cultivar a escolha, expandir os programas e gerir os constrangimentos*” (Hamdi 2010, p223)*.

Este activismo, no extremo, pode ser visto como uma posição de combate, de um arquitecto rebelde, ou de uma “*arquitectura de guerrilha*”. Este conceito, popularizado recentemente, tem um dos seus principais ecos no trabalho do atelier Recetas Urbanas do arquitecto Santiago Cirujeda, o qual tem desenvolvido projectos relacionados com a apropriação legal de edifícios embargados, parcialmente completos e que, com ligeiras alterações, estão em condições de albergar centenas de pessoas desalojadas. Ao nível nacional são também relevantes algumas das acções desenvolvidas pelo atelier MOB, o qual acompanha ideia presente no apelo de Tiago Mota Saraiva de que “*o futuro terá de ser sobre processo, partilha, confronto*

e resistência”³ (Saraiva Domus, 2012).

A criação de um sentido de responsabilidade perante os desafios sociais permite ao arquitecto distanciar-se de uma imagem exclusivamente formal, erudita e circunstancial com a qual é identificado, aproximando-o de uma visão mais abrangente e humanista, (re)construindo simultaneamente a sua imagem como um agente político presente, capaz e determinante, passando a ser um incentivo em vez de depender dele.

A Arquitectura de Emergência, assume-se, neste contexto, como uma das novas práticas deste paradigma de arquitectura activista e provavelmente uma das expressões mais representativas dessa mudança de mentalidade. Como Ricardo Vanucci explica: *“O interesse em projectos de Emergência consiste não apenas na sua especificidade, mas principalmente no seu carácter de representação metafórica ou, mais modestamente, um ponto de vista sobre o estatuto disciplinar e profissional o qual é bastante mais abrangente do que a ocasião particular”* (Vanucci 2014, p15)*. Por trabalhar sobre um extremo, esta prática coloca em evidência a preponderância vital que a arquitectura pode assumir, funcionando, no limite, como a metáfora perfeita para a resolução sincronizada de duas urgências: a da profissão e a da sociedade.

³ Temos o exemplo da tentativa de boicote de plataformas online como AirBnb que em muito têm contribuído para uma gentrificação e embalsamento do centro histórico; esta ideia está também presente no blogue onde publicam artigos de opinião? e tomam uma posição política.

Enquadramento teórico: Arquitectura de emergência

-

2.1 Definição do tema

A arquitectura de emergência insere-se no espectro da arquitectura social na medida em que tem como objectivo o impacto social positivo numa determinada comunidade desfavorecida; no entanto, nem toda a arquitectura social é desenvolvida no âmbito de emergência.

A utilização do termo Arquitectura de Emergência determina explicitamente a prioridade de uma acção de carácter social urgente em detrimento de outras igualmente relevantes, mas menos comprometedoras do ponto de vista humano. Trata-se, ainda assim, de um conceito relativo na medida em que o sentido de prioridade varia consoante o contexto: os países, culturas, localização geográfica ou mesmo os recursos materiais, financeiros e humanos disponíveis. Existe no entanto um critério sobre o qual nos podemos guiar para definição do espectro que Arquitectura de Emergência abrange.

Ela define-se como uma prática arquitectónica que procura resolver, através dos instrumentos da disciplina, situações de crise em diferentes escalas de emergência que vão desde a grande escala da crise humanitária até aos problemas humanitários de pequenas comunidades. Esta prática incide maioritariamente sobre as franjas mais fragilizadas da sociedade que se encontram em situações de carência extrema normalmente relacionadas com a privação das condições mínimas de existência, como a alimentação, saúde, segurança, habitação condigna e bem-estar e que se confrontam com a impossibilidade de sair dessa mesma condição precária sem o auxílio de outrem.

Do ponto de vista da sua tipologia, estas emergências podem ser, tanto de

carácter ocasional, normalmente causadas por catástrofes naturais ou provocadas pelo homem, como de origem crónica na qual se enquadram as situações de precariedade e pobreza extrema permanente. De uma forma geral, a urgência da intervenção é mais intensa e frequente em países subdesenvolvidos podendo, no entanto, ocorrer também em países desenvolvidos.

A especificidade de cada crise obriga, ao nível da solução local, a diferentes formas de intervenção. Como Vanucci refere, *“A categoria de emergência é certamente demasiado genérica quando não é devidamente contextualizada: gerir os trabalhos pós-tsunami é bastante diferente de fazer face a um êxodo de um conflito armado mesmo se ambas as situações derivem da necessidade de garantir a segurança de um largo número de pessoas com poucos recursos, quando não totalmente insuficientes”* (Vanucci 2015, p15)*.

Apesar desta variedade é importante referir que o trabalho desenvolvido neste âmbito se concentra em grande medida sobre a problemática da construção de refúgios/habitação para pessoas deslocadas dado que se assume como uma das necessidades primeiras de sobrevivência. Também esta solução pode assumir contornos vários. Como Ian Davis expõe, a finalidade do refúgio *“é dar protecção a uma família vulnerável. Pode tomar a forma de um produto (construído) como também pode ser um processo. Pode começar com uma lâmina de ferro ondulado que mais tarde se pode converter num tecto de uma casa”* (Davis 1980, p144)*.

••

2.2 A sequência de intervenção

“Fazer face a uma emergência significa lidar com problemas de uma natureza diferente, alguns que requerem uma acção imediata enquanto outros carecem de longos períodos de subsidência. Por vezes é uma questão de providenciar casa àqueles que a perderam noutras vezes é uma questão de salvaguardar a dignidade humana sem esquecer a importância da memória dos lugares” (Vanucci 2015, p15)*.

A intervenção feita pelo arquitecto em terreno de Emergência divide-se na maioria dos casos numa sequência de três fases distintas: uma primeira intervenção de ajuda imediata, seguida de uma etapa transitória, a qual é complementada mais tarde por um trabalho de desenvolvimento sobre questões estruturantes a médio e longo prazo. Davis (1980) nomeia sequencialmente cada uma destas etapas de: socorro, reabilitação e reconstrução.

A ajuda imediata procura dar resposta célere, quando se justifica, às necessidades vitais de uma comunidade de forma a evitar ou pelo menos restringir o seu colapso. Tem essencialmente um carácter efémero e de sobrevivência, sendo normalmente materializada na construção de tendas e estruturas temporárias, normalmente pré-fabricadas, que têm como intenção somente providenciar abrigo para a sobrevivência (Babister 2006, p87), assegurando assim as condições mínimas de habitação, saúde e segurança. Apesar de efémero este é frequentemente o primeiro passo de consolidação da estratégia no terreno⁴ (Vanucci 2015, p17).

Depois de socorridas as pessoas e de restabelecido os mínimos de sobrevivência, a intervenção humanitária passa por uma fase intermédia, chamada de transitória ou transicional, que procura providenciar melhor abrigo que o inicial, mas ainda sem implicar um sentido de permanência (Vanucci 2015, p17). Esta fase estende-se por um prazo mais longo e dá *“espaço para desenvolver actividades de subsistência em vez de sobrevivência”* (Babister 2006, p87)*.

Quando estabilizada a fase transitória, os esforços concentram-se no trabalho de desenvolvimento (*development work*) o qual corresponde ao processo de construção de abrigos e infraestruturas permanentes. Esta etapa tem como objectivo a implementação de um modelo sustentável com base num crescimento gradual que estimule os vários sectores base de uma comunidade como educação, economia e saúde. A fase de desenvolvimento não acontece tipicamente antes dos 6 a 9 meses estendendo-se depois ao longo de um período médio de três a cinco anos consoante a situação (Kate Sthor, Guardian Steve Rose 2010). No decorrer deste processo é, idealmente, feita a transição de responsabilidades de gestão para

⁴ Vanucci referia-se mais especificamente ao desenvolvimento de um campo de refugiados.

a comunidade, com o intuito de fazer com que os programas e projectos se tornem autónomos sem mais *input* das organizações externas: “É importante que quando saímos, não deixemos para trás somente edifícios – que deixemos também uma comunidade com uma capacidade exponenciada de se reconstruir” (Robin Cross, Guardian Steve Rose 2010)*. O sucesso desta fase de desenvolvimento depende fundamentalmente da construção de um modelo resiliente capaz de implementar soluções preventivas que trabalhem não apenas na resolução activa das causas, mas também na limitação futura das mesmas: “as catástrofes podem ser os catalisadores de medidas de prevenção das catástrofes em si” (Davis 1980, p140)*.

Apesar da descrição tripartida, estas etapas não têm objectivamente uma separação estanque e estabelecem entre si relações de interdependência, sendo que o sucesso a longo prazo da acção humanitária depende intrinsecamente das decisões tomadas em cada uma das fases da intervenção. Esta relação torna-se clara na advertência de Ian Davis: “Ao oferecer protecção todo o doador deve ser consciente a longo prazo das consequências dos seus actos. A futura forma de uma população e mesmo o desenvolvimento económico de uma comunidade a longo prazo é determinado pelas decisões que se tomam quando ainda estão à vista algumas das águas da inundação, o quando ainda estejam os resíduos no ar” (Davis 1980, p144)*.

•••

2.3 O contributo do arquitecto

“Os arquitectos têm de ir além do seu tradicional papel de criadores de edifícios em locais de relativa segurança e certeza, para se tornarem facilitadores que envolvam pessoas em locais de mudanças incertas e rápidas. Sem esta alteração, os arquitectos vão permanecer à margem da resposta humanitária” (David Sanderson Oxford 2010)*.

A intervenção humanitária de emergência, por trabalhar sobre territórios extremos em estado de urgência, contempla um desafio complexo que obrigou

ao desenvolvimento de uma prática arquitectónica com questões e processos específicos. Neste contexto, a relevância do arquitecto é determinada pela sua capacidade de expandir o universo da sua prática corrente aos exigentes desafios da arquitectura de emergência.

No livro *Beyond Shelter* (2011), Marie J. Aquilino justifica essa relevância com três argumentos distintos - Capacidade, Representação e Visão (Aquilino 2011). Tendo por base esta estrutura é possível enquadrar os desafios com que o arquitecto se depara ao longo do processo.

A *capacidade* do arquitecto passa pela sua apetência para conciliar a construção de espaço qualificado, com as condicionantes extremas do problema a que se propõe: na procura de soluções eficazes em cenários extremos e com tempos de resolução muito curtos; na análise detalhada de problemas e circunstâncias complexas e na leitura sensível da dimensão cultural, social e económica da comunidade afectada (Quraeshi 2008); e na gestão dos recursos financeiros, materiais e humanos disponíveis, os quais, sendo na grande maioria dos casos escassos, o obrigam à concepção de uma arquitectura eficiente que recorra a soluções de construção apropriadas, isso é, sustentáveis, locais e de baixo custo.

O arquitecto tem de ser capaz de coordenar e integrar equipas complexas e multidisciplinares, com outras áreas de estudo como sociologia, antropologia, engenharia entre outras, de forma a ter constantemente uma leitura informada da situação tanto na avaliação dos problemas como no desenho das soluções. Este diálogo tem de ser igualmente feito ao nível dos seus utilizadores, o qual implica também um envolvimento profundo com as comunidades locais afectadas, as quais, sempre que necessário, devem ser convocadas a participar no desenvolvimento dos projectos.

No sentido da *representação* o arquitecto tem o papel de dar voz à comunidade, defendendo em simultaneamente os seus interesses junto do poder político. Deverá assegurar direitos, melhores infraestruturas e condições, promover o debate e a inclusão e organizar acções que deem visibilidade ao projecto. Procurar soluções de fundo tentando, através das suas acções, desencadear mecanismos de mudança política. É obrigado também a um esforço acrescido de negociação e coordenação

Figura 06.

dos diferentes intervenientes, com o objectivo de conciliar e gerir as várias expectativas.

Relativamente à *visão*, o arquitecto deve ser capaz de encarar o momento de crise como uma oportunidade de desenvolvimento. Deve utilizar o seu conhecimento e intuição para projectar no tempo através de mecanismos de planeamento, propondo novas infraestruturas, novos equipamentos ou promovendo uma consciência ambiental (Aquilino 2011). Simultaneamente, existe também uma dimensão pedagógica que consegue incutir no projecto, a capacidade de transmitir conhecimento ao longo do processo de concepção e construção da obra, de forma a capacitar as populações locais com novos meios e ferramentas, essenciais não só à manutenção dos edifícios, como também na capacidade eventual de os reconstruir caso voltem a sofrer uma crise.

A complexidade deste exigente leque de responsabilidades está exemplarmente descrita no enunciado que Nabeel Hamdi preparou para os seus alunos na Universidade de Oxford Brookes:

“Vamos desenvolver as capacidades e as competências que os arquitectos e urbanistas precisam de forma a responder com eficiência às situações que são extremas e onde a vulnerabilidade e o risco são endémicos. Sob estas circunstâncias os recursos são normalmente fracos ou inacessíveis, a carência é urgente e a incerteza uma forma de estar. Ao trabalhar sobre estas condições extremas requiere novas formas de pensar, novas ferramentas e técnicas, novos métodos e novas parcerias. Carece de novas formas de criatividade práticas, estratégicas e artísticas, baseadas num compromisso fundamental com a agenda humanitária de direitos e justiça social” (Hamdi 2011, p195).*

Figura 07.



Figura 01. Abrigos de emergência.Campo de refugiados de Byumba, Ruanda

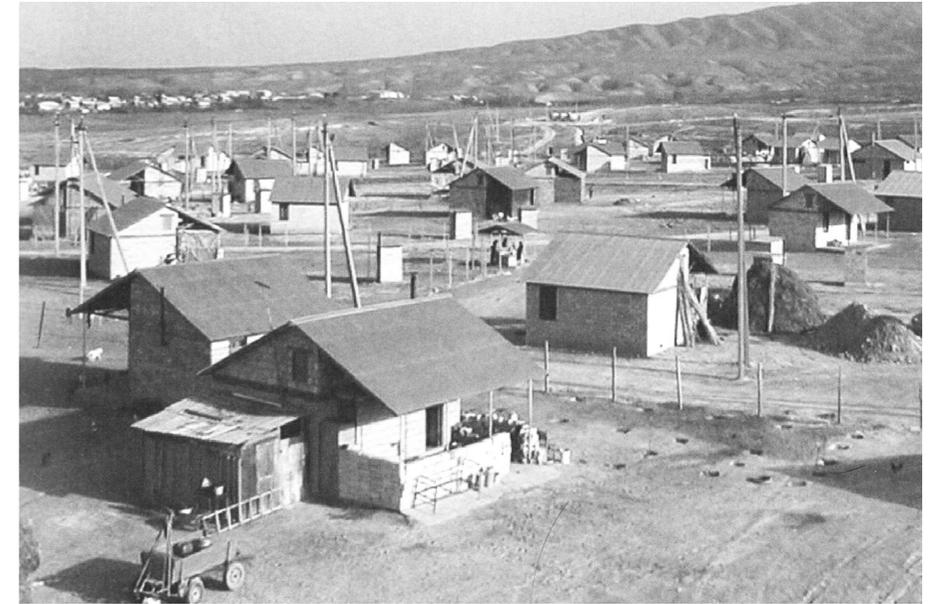


Figura 03. Abrigos transitórios no Azerbaijão



Figura 02. Paper Partition System - Shigeru Ban Architects



Figura 04. Paper Log Houses em Kobe, Japão - Shigeru Ban Architects



Figura 05. Rufisque Women's Center, Senegal – Hollmén Reuter Sandman Architects

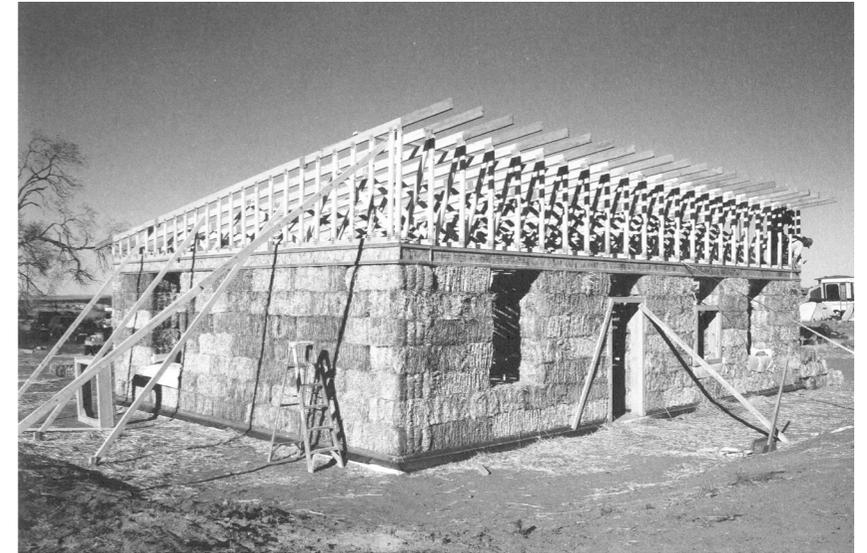


Figura 06. The Hopi Nation Elder Home em construção - Nathaniel Corum



Figura 07. Barefoot College - traditional technologies

Enquadramento histórico

-

3.1 Um século de desenvolvimento das práticas de emergência

“Desde os primeiros dias da sua história a sobrevivência do Homem tem dependido das grandes forças elementares, a água, o vento, o sol, o fogo e a terra. Cada uma delas constitui uma força vital para a sua existência, e cada uma delas, por sua vez, pode ameaçar o débil domínio que tem o Homem sobre a superfície do planeta” (Davis 1980, p17).*

A arquitectura de emergência é tão antiga quanto as catástrofes que fustigaram o Homem na medida em que a procura do abrigo é provavelmente um dos primeiros reflexos de sobrevivência. O desenvolvimento das suas práticas acompanhou a evolução tanto da sociedade como da própria profissão.

As utilizações primárias daquilo a que podemos chamar de abrigos de emergência foram registadas ao longo da história das grandes catástrofes, como são exemplo o grande Incêndio de Londres (1666), o terramoto de Lisboa (1755) e o terramoto de São Francisco (1906), entre muitas outras, mais recentes (Davis 1980); no entanto só no século XX é que assistimos a avanços relevantes no desenvolvimento desta área. Para isso, contribuiu determinantemente a sequência de destruição deixada pelas duas Grandes Guerras Mundiais (1914-18 e 1939-45), nas quais *“podemos encontrar exemplos de provisão de refúgio que, pela sua grande escala, fazem parecer pequena as demais provisões de abrigo pós-catástrofe”*(Davis 1980 p136)*. Os conhecimentos adquiridos pelo estudo destes dois conflitos armados, permitiu, além do conhecimento técnico, obter informação comportamental muito útil sobre a

conduta social em situações de tensão extrema (Davis 1980).

A coincidência destas duas colossais catástrofes humanitárias coincidiu, no tempo, com o oportuno e consequente aparecimento do Movimento Moderno, o qual trouxe, como resposta estas mudanças, algumas das experiências mais relevantes na abordagem das temáticas sociais e em alguns casos, directa ou indirectamente, à própria prática arquitectónica de emergência. Neste contexto nomes como Le Corbusier, Jean Prové, Ralph Erskine e Walter Gropius, destacaram-se por abordarem, cada um no seu contexto, soluções arquitectónicas que tinham em conta a longevidade da edificação, flexibilidade funcional, desenho eficiente, economia de recursos e mesmo a autoconstrução (Mingez 2015). O sentido de emergência deste Modernismo está patente por exemplo na construção de estruturas pré-fabricadas desenvolvidas na maior parte dos casos para providenciar uma habitação rápida no pós-1ª guerra (Sinclair 2006, p35). Também na 2ª Guerra arquitectos de renome como Alvar Aalto e o já citado Jean Prové desenvolveram projectos detalhados para abrigos de emergência. As características patentes em muitos destes projectos modernos vieram mais tarde a servir de base à construção do conceito aplicado aos abrigos de emergência contemporâneos.

Figura 09.

Ao longo do século XX destacaram-se também outras figuras que contribuíram, de forma incontornável para o desenvolvimento deste campo de estudo.

Ainda no contexto moderno, R. Buckminster Fuller, arquitecto, escritor e inventor, foi por muitos considerado “*um dos primeiros evangelistas do design humanitário*” (Sinclair 2006, p37)*. Autor do famoso livro *Spaceship Earth*, Fuller focou-se, à semelhança de outros arquitectos modernistas, na melhoria das condições de vida humana através do design baseado na eficiência de utilização dos recursos. Destacou-se por algumas das inovadoras estruturas pré-fabricadas que têm como principais exemplos a Dyxamion House (1929) e a conhecida cúpula geodésica (1948-49), os quais tiveram um enorme contributo para o design humanitário (Sinclair 2006, p37).

Figura 10.

Igualmente relevante neste período foi o trabalho do arquitecto egípcio Hassan Fathy o qual, entre 1946 e 1952, desenvolveu um projecto da aldeia de *Nova Gourn* no Egipto, onde experimentou a utilização de técnicas de construção ancestrais que

38

utilizavam a terra como material base de construção, procurando ao mesmo tempo o envolvimento da comunidade no processo (Fathy 2009), experiência essa que deu origem mais tarde, em 1973, à publicação da incontornável obra *Arquitectura para os Pobres*.⁵

Figura 12.

Sensivelmente na mesma altura, John F. Turner teve também um papel fundamental ao estimular o debate sobre o envolvimento da comunidade em processos de autoconstrução e sobre a posição política do arquitecto. Estas ideias ficaram registadas em duas das suas obras fundamentais: *Freedom to Build* (1972) e *Housing by People* (1976).

A filosofia de Turner, estava alinhada com exposições contemporâneas como a *Architecture Without Architects* no MoMA (1964) organizada por Bernard Rudofsky, que ilustrava diversos exemplos de arquitectura vernacular em vários pontos do globo (Lepik, 2010). Em Portugal, na década de 50, tinha já sido feito o Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal que fez o levantamento do precioso património vernacular nacional de norte a sul do país, por iniciativa do Sindicato Nacional dos Arquitectos então sob a presidência do arquitecto Francisco Keil do Amaral. A informação reunida no inquérito foi mais tarde compilada em 1961 numa edição de dois volumes sobre o título *Arquitectura Popular em Portugal*, a qual teve uma enorme influência na definição das linhas de orientação modernistas das gerações vindouras (AAP 1980).

Figura 13.

Uns anos mais tarde, ainda no panorama nacional, assistiu-se a avanços significativos no âmbito da arquitectura social em grande parte impulsionados pelo desenvolvimento das acções SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local), levadas a cabo no período imediatamente após a revolução de 25 de Abril de 1974. Estas acções envolveram arquitectos e estudantes, em acções de realojamento de populações desfavorecidas que viviam em situações de habitação precária. Ao longo da intervenção, os arquitectos tomaram uma posição política activa junto das comunidades batendo-se por valores básicos como o direito à habitação.

Figura 14.

Figura 15.

⁵ O texto original foi publicado no Cairo, em 1969, numa edição limitada ao Ministério da Cultura, com o título: “Gourn, a Tale of Two Vilages”

Alguns destes projectos atingiram um mediatismo internacional acabando por representar um marco importante tanto ao nível nacional como europeu.

No âmbito da resposta a catástrofes, uns anos mais tarde, em 1976, o arquitecto Ian Davis, na altura professor da universidade de Oxford, lançou o primeiro livro com conteúdo exclusivo sobre o tema da Arquitectura de Emergência, com o título *Shelter After Disaster*, onde sistematizou o conhecimento que adquiriu no terreno, em oito catástrofes, na maioria terremotos, que teve a oportunidade de analisar (Davis, 1980). Tendo como foco a construção de um abrigo de emergência, o livro estabelece diferentes estratégias de intervenção, desmitifica preconceitos estabelecidos e faz uma análise cronológica da evolução destas estruturas ao longo do último milénio⁶. Davis foi contemporâneo de Fred Cuny, engenheiro civil e figura fulcral na ligação entre os temas do alívio de desastre e trabalho de desenvolvimento. Cuny dedicou grande parte da sua vida à problemática do planeamento de campos de refugiados, tendo trabalhado activamente em vários cenários pós-catástrofes pelo mundo, como no Bangladesh, Índia, Paquistão, Guatemala, Nicarágua, entre outros (Sinclair 2006)⁷.

No meio académico foram preponderantes as ideologias de ensino de Samuel Mockbee que em 1993 fundou o Rural Studio, um curso off-campus da Universidade de Auburn no Alabama, como um atelier de combate à discriminação, habitação precária e pobreza das comunidades mais desfavorecidas de Hale County nos EUA. Mockbee tinha como base uma estratégia de *community-base work* a qual permitia aos alunos ter um contacto directo e activo na construção de projectos reais com clientes reais.

Ainda no domínio pedagógico, Nabeel Hamdi trouxe também um enorme contributo para esta prática, focando-se principalmente nas questões de participação

⁶ Esta obra foi recentemente reeditada numa versão mais completa e actualizada coordenada também pelo autor: *Shelter After Disaster* (2015).

⁷ A sua última intervenção foi na guerra da Tchetchénia, em 1995, onde acabou por ser assassinado a caminho da reunião que tinha como intuito estabelecer um acordo de cessar-fogo (DLYGD 2006).

comunitária. Hamdi foi um dos fundadores do mestrado em *Development Practice* na Universidade de Oxford Brookes, no Reino Unido o qual se veio a afirmar como um dos principais centros de formação para práticas de emergência. Entre as suas obras destacam-se o livro *Small Change* (2004) onde defende a pequena escala de intervenção como alternativa aos ineficazes *masterplans*, bem como o *The Placemakers Guide* (2010) no qual Hamdi faz uma análise muito completa ao processo de concepção e implementação de projectos comunitários participados.

Igualmente relevante para este tema é trabalho desenvolvido pelo arquitecto argentino Jorge Mário Jaurégui, o qual dirigiu, na década de 90 no Brasil, o programa governamental Favela-Bairro, que tinha como objectivo fazer frente, com pequenas intervenções, aos grandes problemas que afectavam as favelas dispersas pelos principais núcleos urbanos do país. Dando continuidade à experiência que adquiriu nesta matéria, Jaurégui continuou a desenvolver grande parte do seu trabalho sobre a reabilitação destes assentamentos informais, focando-se sobre o valor simbólico da arquitectura e na luta pela erradicação das desigualdades sociais através do desenvolvimento de infraestruturas de base que capacitassem as comunidades (Sinclair 2006). O seu trabalho está presente, entre outras, nas favelas de Fernão Cardim, Fuba-Campinho, Salgueiro e Vidigal.

Para o desenvolvimento do meio, contribuiu também fortemente o trabalho da organização humanitária Architecture for Humanity, fundada em 1999 pelo arquitecto Cameron Sinclair e a realizadora Kate Sthor, que teve um papel pioneiro na dinamização do meio da Arquitectura de Emergência, numa altura em que o tema estava mais adormecido. A AFH envolveu, principalmente através da iniciativa voluntária, um grande número de arquitectos em projectos de desenvolvimento por todo o mundo. Serviram como um dos mais influentes mediadores e facilitadores deste meio, a par de organizações como Article 25 ou UN Volunteers, contribuindo imensamente para o desenvolvimento de uma rede entre milhares de designers e organizações. Um dos exemplos desse esforço está presente na plataforma *open source* Open Architecture Network, dedicada à partilha de soluções construtivas para este meio. Como será aprofundado mais à frente, tiveram um papel activo na resolução de várias crises mediáticas como no caso do tsunami que atingiu o Sri Lanka em 2004, ou do furacão Katrina em 2012. Tiveram um papel de investigação

Figura 16.

e divulgação igualmente importante, através do lançamento de várias publicações entre as quais se destacam o livro *Design Like You Give a Damn I e II*, nos quais fazem um importante trabalho de compilação das acções de arquitectura de emergência contemporâneas, fazendo simultaneamente uma leitura retrospectiva sobre este tipo de iniciativas ao longo dos últimos cem anos.

Todas estas iniciativas, distribuídas ao longo do século XX, contribuíram directa ou indirectamente para o desenvolvimento da mentalidade e do conhecimento técnico que servem de base às práticas de emergência contemporâneas.

••

3.2 Arquitectura de Emergência hoje

Apesar da sequência descrita, o sucesso operativo de muitas destas iniciativas não foi proporcional à sua capacidade de mudar a orientação elitista da profissão. Elas representaram, na grande maioria dos casos um percurso secundário ou alternativo que se manteve, ao longo de todo o século, à margem da prática corrente.

No entanto, ao longo dos últimos 15 anos, o paradigma tem vindo a mudar e o tema da Arquitectura de Emergência tem vindo a ganhar maior mediatismo. Esta mudança deve-se a uma combinação de vários factores, entre os quais contribuiu fortemente a atribuição de dois prémios Pritzker nos três últimos anos a dois arquitectos cuja carreira foi construída em torno dos problemas de ordem social: Em 2014 ao arquitecto japonês Shigeru Ban o qual se assumiu, há mais de uma década, como uma das figuras de proa no desenvolvimento de abrigos de emergência e que tem lutado pelo envolvimento do arquitecto em situações de crise pós-catástrofe; e em 2016 ao arquitecto chileno Alejandro Aravena, fundador do atelier Elemental, o qual desenvolveu, entre outros, o projecto da mediática Villa Monroy (2003) na cidade de Iquique no Chile, na qual ensaiou, por contingências financeiras, uma estratégia de arquitectura evolutiva associada a processos de autoconstrução. A atribuição deste galardão surge como uma representação simbólica da importância e do valor que as práticas de emergência têm ganho enquanto expressão arquitectónica erudita.

O presente protagonismo do tema é corroborado pela actual edição (2016) da Bienal de Veneza sobre o tema *Reporting From The Front*, oportunamente

escolhida para ser coordenada por Aravena, e cujo corpo principal é exclusivamente dedicado a projectos de vocação social (Aravena 2016b). Em parte, essa atenção tinha sido já sugerida duas edições antes com a atribuição do Leão de Ouro ao projecto documental sobre a Torre de David realizado pelo atelier *Urban Think Tank* conjuntamente com Iwan Baan e Justin McGuirk.

Ao longo da última década, o tema da emergência foi progressivamente captando a atenção dos media (Lepik 2010 citado em Clarke 2015), dado que se torna evidente na introdução da política e questões sociais nos temas centrais de revistas e publicações como a *Domus* (Saraiva 2012b, p38).

Esta mudança também se fez sentir ao nível académico. São cada vez mais as universidades que, seguindo o exemplo de polos como os Rural Studio, estão a integrar esta temática social no seu currículo com a criação Mestrados especializados em Arquitectura de Emergência, Arquitectura Apropriada, Práticas de Desenvolvimento, ou através de laboratórios de investigação especializados. Entre os exemplos deste crepúsculo salientam-se algumas universidades de renome como a Oxford Brookes ou a Harvard GSD.

Este novo percurso tem sido, em grande medida, trilhado pelo notável trabalho de muitos outros arquitectos e ateliers, como são exemplo Diébédo Francis Kéré, Anna Heringer e Jorge Mário Jaurégui que, em contextos distintos e com metodologias próprias, contribuíram intensamente para o desenvolvimento e afirmação desta prática arquitectónica.

Estes desenvolvimentos tiveram os seus ecos em iniciativas ao nível de cada país. Existem já algumas vozes no panorama português que estão a dar início a este processo, sendo exemplos o atelier Urban Nouveau, o Atelier Mob e o Atelier A+. Em 2014 a exposição *Portugueses fora de Portugal: Tanto Mar*, organizada na Garagem Sul do CCB, com a curadoria do Atelier Mob assume a responsabilidade de uma primeira leitura mais abrangente sobre o trabalho desenvolvido por portugueses no estrangeiro no âmbito das práticas de emergência.

Estas provocações e iniciativas constituem os primeiros passos de uma área ainda por explorar. Apesar de tudo, o ímpeto recente tem vindo a dar corpo a uma mudança de mentalidade e representa acima de tudo uma oportunidade de mobilizar a profissão num sentido mais humanista.

Figura 17.

Figura 18.

Figura 19.



Figura 08. campamento de refugiados polacos da 2ª Guerra em Teerão, Irão em 1943



Figura 09. La "Maison des Jours Meilleurs" - J. Prouvé



Figura 10. Dymaxion House- Buckminster Fuller

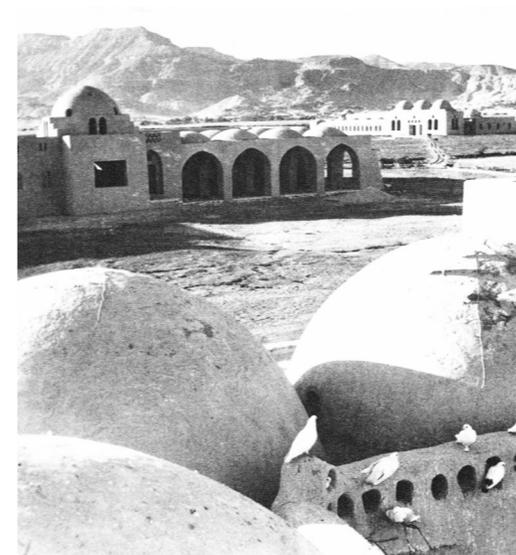


Figura 11. Aldeia de Nova Gourna no Egípto - H. Fathy



Figura 12. Construtores locais em Nova Gourna, Egípto - H. Fathy



Figura 13. O habitat troglodítico em Lo-yang - B. Rudowsky



Figura 14. Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal



Figura 15. Bairro de Sao Victor - Siza Vieira - SAAL



Figura 16. Intervenção na favela de Fubá-Campinho – Jorge Mário Jaurégui



Figura 17. Takatori Paper Church em Kobe, Japão – Shigeru Ban Architects



Figura 18. Quinta Monroy - Elemental



Figura 19. Opera Village. Laongo, Burkina Faso – Kéré Architecture

Estado de sítio

As novas ligações da globalização criaram relações de dependência económica, social e política que contribuíram para a construção de um sistema mais complexo, mas ao mesmo tempo mais frágil e susceptível a desequilíbrios.

Por ser de impossível cumprimento falar de urgência sem provar a sua existência, tornou-se imprescindível apresentar uma série de indicadores que comprovam a necessidade de responder, através da arquitetura, a crises humanitárias que decorrem nos dias de hoje. Clarke afirma que *“há muito trabalho que precisa de ser feito tanto nas cidades como em locais remotos”* (Clarke 2014 p109). Este capítulo serve para enunciar alguns desses números para que possamos ter uma base de partida consciente.

De acordo com a UN-Habitat (UN-Habitat 2013) em 1950 um terço da população mundial vivia em áreas urbanas. Passados cinquenta anos, a proporção aumentou e passou a representar metade da população, sendo previsto um aumento contínuo. Em 2050 estima-se que a proporção passe para dois terços. A rápida urbanização representa um enorme desafio ao planeamento urbano, resultando no desenvolvimento de assentamentos informais precários⁸. Em algumas cidades, cerca de 80% da população vive em favelas, adianta a UN-Habitat (UN.Habitat s.d.a). Apesar de se ter assistido a um decréscimo do número de indivíduos, em países em desenvolvimento, que vivem em assentamentos urbanos informais e pouco

“ (...) por demasiado tempo não reconhecemos as nossas interdependências, a nossa ecologia social partilhada” (Quraeshi 2008, p273).

⁸ 1.1 Bilhões de pessoas no mundo inteiro não tem acesso a água potável, e mais de 2.6 bilhões de pessoas não tem acesso a casas de banho ou a instalações sanitárias adequadas (UN- Habitat s.d.b) .

qualificados⁹, e a um aumento significativo da melhoria da qualidade de vida destes indivíduos¹⁰ (UN-Habitat 2015), resultado de estratégias políticas e programáticas por parte de governos nacionais e municipais, parceiros internacionais e organizações não-governamentais e comunitárias, é importante reconhecer o impacto que este aumento de população terá nas nossas cidades: *“Mais de 90% do crescimento urbano ocorre no mundo em desenvolvimento, estima-se que 70 milhões de novos habitantes serão adicionados a estas regiões todos os anos”*, revela o relatório realizado pela UN-Habitat sobre assentamentos informais (UN-Habitat 2015, p3)*.

É esperado que nos próximos 20 anos, a população urbana das duas regiões mais pobres do mundo, Ásia do sul e África subsaariana, duplique, o que poderá resultar num aumento substancial do número de favelas¹¹ (UN-Habitat 2014). Prevê-se que as 400 milhões de favelas existentes, só no continente africano, aumentem para 2.1 mil milhões (UN-Habitat 2015). A capacidade da população sair deste ambiente degradante continua ainda limitada. Por exemplo, das 10 milhões de pessoas adicionadas à população que vive actualmente em assentamentos informais na África subsaariana, apenas 2 milhões são previstas sair de lá (UN-Habitat 2011).

Para além da urgência em colmatar estas falhas de emergência estacionária, é necessário responder rapidamente aos impactos de catástrofes naturais ou de guerra, e de emergência pós-catástrofe, não só através de *idades* temporárias (campos de refugiados), como também através de estratégias que depressa devolvam um estado de equilíbrio às zonas afetadas.

Nos últimos anos, assistiu-se ao aumento do número de desastres naturais, que resultam na perda de milhares vidas humanas, na destruição de casas, de

⁹ Baixou de 39%, no ano de 2000, para 32%, no ano de 2010 segundo a UN-HABITAT. (UN-Habitat 2015).

¹⁰ De acordo com o relatório da UN Millennium Development Goal, entre 2000 e 2010, um total de 227 milhões de favelas sofreram significativas melhorias, qualificando a vida dos seus habitantes. (UN-Habitat 2015).

¹¹ Na Ásia 30% da população vive, actualmente, em favelas, em África a percentagem chega aos 61.7%.

infraestruturas e serviços, e no desalojamento de comunidades inteiras (unhabitat.org). Segundo a Cruz Vermelha, nos últimos 20 anos, uma média de 75,000 pessoas morrem por ano devido a catástrofes naturais, sendo que cerca de 98% destas vivem em países em desenvolvimento (Sinclair 2006). Esta alta percentagem é resultado da baixa qualidade das infraestruturas e do seu débil planeamento urbano – estas construções assentam, muitas vezes, em área altamente expostas, como zonas costeiras e planícies aluviais. A UN-Habitat relata que 80% das maiores cidades mundiais estão vulneráveis ao impacto de terremotos, 60% estão em risco devido a tempestades e tsunamis, e que todas enfrentam os impactos relacionados com as alterações climáticas (UN-Habitat s.d.).

Estas catástrofes, para além da sua origem natural podem ser também causadas pelo Homem, derivando estas essencialmente de conflitos armados. Segundo a UNHCR (UNHCR 2016), durante 2015, 65,3 milhões¹² de pessoas foram forçadas a abandonar as suas casas e a procurar proteção noutra lugar, devido à perseguição, ao conflito, à violência generalizada ou a violações dos direitos humanos. Este número aumentou 5.8 milhões desde o ano anterior¹³ e 23,3 milhões desde 2011¹⁴. A agência adianta que, atualmente, cerca de 2.6 milhões de refugiados vivem em campos¹⁵ espalhados pelo mundo e foram deslocados há mais de 5 anos (UNHCR s.d.).

O relatório Global Trends, Forced Displacement de 2015 afirma que desse ano,

¹² Este número inclui 21.3 milhões de refugiados, dos quais 16.1 milhões sobre o mandato da UNHCR e 5.2 milhões de refugiados palestinianos registados pela United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees (UNRWA). Integram também este universo as 40.8 milhões de pessoas deslocadas que o Internal Displacement Monitoring Centre (IDMC) registou e cerca de 3.8 milhões de pessoas em que as suas aplicações para refúgio ainda não foram preenchidas até à data do presente relatório.

¹³ Em 2014 foram registados 59.5 milhões de refugiados.

¹⁴ Em 2011 foram registados 42 milhões de refugiados.

¹⁵ Um campo é qualquer local planeado ou espontâneo onde se oferece refúgio, assistência e serviços por parte das agências governamentais e humanitárias a refugiados.

cerca de seis em 10 refugiados encontravam-se a viver em áreas urbanas (UNHCR 2015).

“Estamos ainda longe de nos dirigirmos adequadamente a este e a outros desafios emergentes; e existe a necessidade de tirar partido das oportunidades de urbanização como um motor sustentável e inclusivo de crescimento económico, de desenvolvimento social e cultural, de protecção ambiental, considerando as suas potenciais contribuições para o alcance de desenvolvimento transformativo e sustentável” (UN-Habitat 2016, p1).

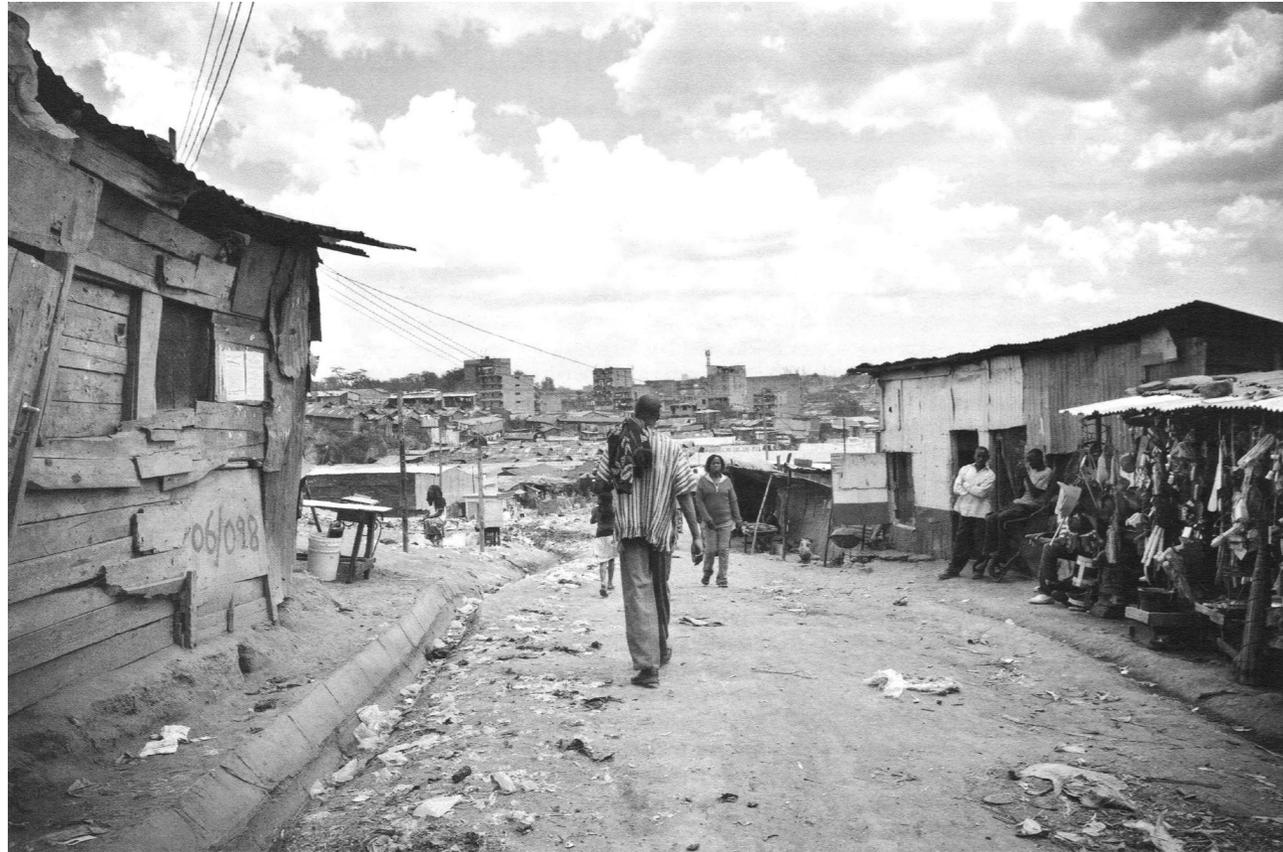


Figura 20. Favela de Mathare, Kenia 2011



Figura 21. Campo de refugiados de Zaatari na Jordânia



Figura 22. Mesquita de Aceh na Indonésia pós-tsunami, 2004



Figura 23. Catástrofe pós-terramoto, Nepal 2015



Figura 24. Cenário de guerra em Aleppo, Síria



Figura 26. Migrantes resgatados no Mediterrâneo desembarcam na Sicília



Figura 25. Cenário de guerra no Líbano



Figura 27. Campo de refugiados de Zaatari na Jordânia

Experiência, educação e treino

Apesar do crescente interesse sobre esta agenda humanitária, o tema da arquitectura de emergência ainda não é um campo onde genericamente a classe dos arquitectos se sinta confortável. Como já foi abordado, os seus desafios implícitos fazem dela uma prática complexa, que obriga a um conhecimento profundo do tema, a um contacto directo com a realidade e a uma enorme capacidade de cooperação.

Em 1996, num dos textos do livro *Education for Real*, Edwards salienta a necessidade da sociedade gerar “*praticantes reflexivos equipados com o conhecimento que só pode ser obtido através de uma combinação de experiência, educação e treino, providenciados numa variedade de configurações*” (Edwards 1996, p23 citado em Clarke 2005, p23)*.

Estabelecendo um paralelo entre a afirmação de Edwards e os requisitos da prática de emergência, poderíamos fazer corresponder cada uma das qualidades a três meios fundamentais: a experiência à acção voluntária, a educação ao ensino da academia e o treino à prática corrente do atelier. Esta divisão é, no entanto, somente uma abstracção dado que os três campos estão interdependentes e os seus limites cruzam-se.

-

5.1 O contributo do Voluntariado.

Apesar de diversas iniciativas tenderem para uma profissionalização das práticas da ajuda humanitária, o seu desenvolvimento depende ainda, fundamentalmente, de recursos humanos voluntários. Na grande maioria este tipo de iniciativas é feito *pro bono*. Este conceito tem a sua origem na expressão latina *pro bono público*

que significa a acção ou gesto em favor de um bem público ou de um bem comum (Dicionário *Houaiss*) e é geralmente definido como o serviço desempenhado sem retorno financeiro ou com honorários significativamente mais baixos para ajudar os mais desfavorecidos (Peterson 2008).

Este modelo estende-se também à Arquitectura de Emergência, neste caso através do desenvolvimento de serviços voluntários para projectos, construção ou outras actividades que envolvam política pública (Peterson 2008). Apesar desta participação ser mais comum junto dos estudantes, conta também com o envolvimento de arquitectos, colectivos e ateliers. Para além da dimensão altruísta, o voluntariado representa, principalmente para os arquitectos mais novos, uma oportunidade de terem um contacto mais próximo com a realidade através da interacção directa com os clientes e da possibilidade de construir, desenvolvendo assim os seus currículos (Peterson 2008, p96).

A importância crescente que a temática da arquitectura e construção tem vindo a assumir em cenários de crise, conduziu à criação de ONG's especializadas nesta área. São exemplos, entre muitas outras, organizações como a *Architects Sans Frontières* (1979), *Voluntary Architecture Network* (1995), *Architecture for Humanity* (1999), *Architects de L'urgence* (2001), *Article 25* (2004) e, mais recentemente a *Open Architecture Collaborative* (2016). O seu trabalho é essencialmente desenvolvido através de parcerias, prestando, na maior parte dos casos, serviço a outras organizações congéneres que já estão no terreno. No panorama nacional destaca-se a ONG Arquitectos sem Fronteiras, fundada no ano 2000 e que deriva do projecto homólogo francês.

Estas organizações têm um papel fundamental no desenvolvimento e implementação dos projectos de arquitectura de emergência através da captação de recursos humanos e financeiros, no planeamento e acompanhamento de projectos, na acção de sensibilização e na conjugação e gestão das vontades dos vários agentes envolvidos. O trabalho desenvolvido por estas ONGs assume simultaneamente um papel de formação profissional estimulando um contacto directo com a realidade da construção local, novas práticas de projecto e de execução, bem como pelo envolvimento com as comunidades.

Estes organismos foram essenciais na cronologia de desenvolvimento do tema da Arquitectura de Emergência ao trazer para a linha da frente do debate temas que se encontravam adormecidos. A abrangente exposição mediática que alguns destes projectos alcançaram permitiu reacender o debate sobre as problemáticas humanitárias e divulgar a sua agenda social atraindo assim novos arquitectos e estudantes. Neste quadro, o voluntariado veio ocupar um espaço vazio ao capacitar um meio que se encontrava com uma forte escassez de recursos humanos.

O espectro destas acções é bastante amplo, não tendo uma localização geográfica específica. Apesar do voluntariado, no âmbito da arquitectura de emergência, ter maior incidência nas crises dos países subdesenvolvidos, encontra-se também presente em países desenvolvidos, os quais são igualmente afectados não só por catástrofes como por situações localizadas de pobreza extrema.

Entre as várias organizações dedicadas a esta causa, destaca-se o trabalho desenvolvido pela já referida *Architecture for Humanity*, a qual assumiu um papel pioneiro no envolvimento com o trabalho humanitário, “*onde normalmente a arquitectura não era requerida*” (Batista 2015, p25). O aparecimento desta plataforma teve um papel fundamental na dinamização do meio ao criar oportunidades para os arquitectos oferecerem os seus serviços em situações de crise numa altura em que não existia nenhuma organização que reunisse uma base de dados sólida sobre esta matéria (Sinclair 2006). O seu trabalho consistia essencialmente na organização de equipas interdisciplinares, na coordenação de projectos e de processos de mediação entre instituições internacionais, organizações humanitárias e poderes vigentes (Batista 2015).

A organização nasceu com o propósito de desenvolver um projecto de construção de habitações provisórias para os refugiados da guerra do Kosovo. Após esta primeira experiência, a AFH apercebeu-se da existência de outros arquitectos, principalmente nas camadas mais jovens, igualmente desiludidos e desanimados com a prática da sua profissão e que se encontravam disponíveis para abraçar estas novas causas. Esta adesão levou ao surgimento de um grande número de desafios na área da emergência e como forma de dar uma resposta mais estruturada e eficaz, a AFH sentiu a necessidade de se constituir formalmente, em 2001, numa organização

Figura 28.

Figura 29.

Figura 30.

sem fins lucrativos (Sinclair 2006).

O impacto desta plataforma desencadeou uma série de ecos por todo mundo que levou muitos arquitectos a quererem-se envolver com os problemas emergentes da sua realidade mais próxima. Foi neste contexto que a AFH se expandiu e deu origem ao aparecimento de diversos polos (*chapters*) em diversos países, os quais começaram a actuar, com relativa autonomia, junto das suas comunidades próximas: *“Recebíamos cada vez mais pedidos de pessoas e grupos que queriam fazer trabalho voluntário para se envolverem nas suas próprias comunidades. As delegações da Architecture for Humanity começaram a surgir em todo o mundo no fim de 2003”* (Sinclair 2006, p24)*. Tanto trabalhavam com um projecto de larga escala no Sri Lanka como num projecto para um centro comunitário no South Bronx (2004).

Figura 31.

Sobre este sistema, a AFH teve um crescimento exponencial desde a sua formação, tendo desenvolvido projectos em várias áreas, tanto nas catástrofes naturais como nas provocadas pelo Homem. São exemplos o desenvolvimento do conceito de clinicas móveis no combate à HIV na África do Sul em 2002, a construção de abrigos temporários para refugiados do Tsunami que devastou o Sri Lanka em 2004, o auxílio pós catástrofe do furacão Katrina (2005) e Rita (2005) nos EUA, na construção de escolas no Ruanda, Tanzânia e Uganda, no suporte pós-terramoto Paquistão, Turquia e Irão, entre muitos outros. Apesar dos esforços hercúleos de levar a cabo estes projectos, muitos deles não foram bem-sucedidos. Frequentemente depararam-se com obstáculos burocráticos, legais, logísticos que muitas vezes determinaram o seu colapso.

Figura 32.

A AFH não se focou apenas na dimensão construtiva, mas teve também como uma das mais importantes funções a *“capacidade de poder disponibilizar uma rede de profissionais”* (Sinclair 2006 p16)*. Uma das conquistas desse esforço está presente na criação da *Open Architecture Network*, plataforma open-source de partilha de conhecimento sobre as práticas de emergência.

Apesar de ter encerrado actividade em janeiro de 2015, a AFH perpetuou-se nos vários gabinetes autónomos espalhados por mais de 60 cidades, incluindo Lisboa. Actualmente estes núcleos são geridos pelo grupo Open Architecture Collaborative, formado em 2016 e dirigido por Garret Jacobs, o qual dá continuidade ao conceito

original desenvolvido por Sinclair e Sthor.

Ao longo de 16 anos a AFH desenvolveu um vasto trabalho social que serviu de fundamento sólido e veículo de mudança para a actividade do arquitecto (Sinclair 2006), assumindo um papel fulcral na criação de uma *“nova vaga de design humanitário”* (Sinclair 2015)*.

Apesar das evidentes virtudes da acção de voluntariado esta sofre ainda, quando associada a situações de emergência, de diversas fragilidades que colocam em causa a eficiência da acção e o benefício real que traz para todas as partes envolvidas. Estas acções podem desencadear um efeito inverso, contraproducente, e tonar-se nocivas, acabando muitas vezes por contaminar o seu propósito original. Apesar da formação na área atribuir, de uma forma geral, uma legitimidade disciplinar aos voluntários, tanto estudantes como arquitectos, o conhecimento adquirido sobre estas matérias demonstra-se muitas vezes insuficiente. Como Ricardo Vanucci refere, a importância da qualidade técnica nesta área, ao contrário de outras no seio da ajuda internacional, não deixa muito espaço ao trabalho voluntário de técnicos mal preparados (Vanucci 2014). Para além do referido, o trabalho voluntário substitui-se com frequência ao envolvimento de mão-de-obra local, inibindo a criação de postos de trabalho nas comunidades afectadas e contribuindo para a redução do envolvimento destas nos projectos. Acresce ainda que a organização e implementação destas acções acarretam muitas vezes custos superiores aos da construção através da mão de obra especializada (Breckenridge 2013).

Torna-se por isso imperativo que o sistema de voluntariado resolva estas fragilidades através do planeamento e desenvolvimento da sua actividade. Esse esforço implica um envolvimento mais profundo com processos de formação, na avaliação e integração do poder operativo das comunidades e na gestão do custo-benefício dos seus recursos humanos.

••

5.2 A questão do ensino: Universidades

A Universidade assume-se como uma peça fundamental na construção dos novos desafios sociais pela responsabilidade que tem na transmissão das práticas e metodologias da arquitetura, as quais determinam uma urgente mudança de mentalidade.

Apesar da sua importância, a academia tem tido um desempenho marginal e insuficiente neste processo. Existe ainda, na grande maioria dos casos, um desfasamento entre o ensino da Arquitectura e os problemas sociais que se colocam. Surge assim a necessidade cada vez mais urgente da Universidade estabelecer, tanto nas suas metodologias como na actividade da instituição, “*um ensino com responsabilidade social, (...) capaz de oferecer uma resposta política e de produzir uma interdisciplinaridade efectiva*” (Campos Costa 2013, p71) que permita expandir a sua prática corrente aos desafios cada vez mais prementes das crises da sociedade contemporânea.

A assimilação dos valores inerentes à prática da Arquitectura de Emergência depende em primeiro lugar do desenvolvimento de uma consciência crítica mais abrangente no âmbito da Arquitectura Social. Nesse sentido, Samina Quareshi (2008) afirma: “*se queremos munir a nova geração de arquitectos (designers) com o poder de lidarem com as profundas desigualdades na nossa sociedade – desigualdades que são estéticas, bem como económicas e políticas – nós temos de desenvolver novos paradigmas de educação que impliquem um envolvimento constante com a comunidade*” (Quareshi 2008, p265)*. Esta abordagem visa essencialmente o desenvolvimento de uma consciência social através de uma aprendizagem de base local (*place-based/community-base learning*) baseada na construção de projectos reais, com programas específicos que procurem solucionar os problemas das populações mais próximas, geralmente as mais desfavorecidas. A intenção é a de retirar os alunos do ambiente protegido do atelier e colocá-los em confronto directo com a realidade, levando-os a uma reavaliação tanto das suas prioridades como dos seus objectivos (Palleroni 2008).

Neste contexto, já em 1996, Nabeel Hamdi sugere, na obra *Education for Real*, a

necessidade de um modelo de ensino que “*envolva os alunos numa multiplicidade de formas pedagógicas em vários contextos culturais, em paralelo com o que eles vão de facto encontrar na prática, (...) de formações curtas e intensivas com arquitectos (practitioners) a trabalhar em problemas reais, com o mínimo de informação e com muito pouco tempo*” (Hamdi 1996, p13 citado em Clarke 2015, p23)*. Estas práticas de aprendizagem não se cingem apenas ao acto especulativo do projeto, mas implicam o envolvimento do aluno na sua construção efetiva, obrigando-o a uma pesquisa e abordagem prática do acto construtivo, atribuindo-lhe assim uma competência e responsabilidade acrescida (Badanes 2008).

O modelo de *community base work* permite, de uma forma mais abrangente, que as universidades assumam, como instituição, um papel activo no ecossistema social das cidades passando a estar ao serviço das comunidades. Este compromisso envolve uma logística que “*pressupõe a negociação de uma curta escala de tempo, orçamento e produto entre o cliente e a instituição de ensino*” (Anderson and Priest 2012 citado em Clarke 2015, p24)*.

Assume-se como exemplo paradigmático da implementação destas ideologias o trabalho pioneiro desenvolvido pelo atelier Rural Studio fundado em 1992 por Samuel Mockbee, como uma ramificação (*off-campus*) da Universidade de Arquitectura de Auburn, no Alabama, EUA (Clarke 2015). O projecto foi montado numa antiga quinta em Newbern, uma pequena cidade de Hale County, a sensivelmente três horas do campus universitário. Este núcleo surge como “*uma reacção directa ao paradigma de arquitectura vigente, o qual estava, na sua opinião, cada vez mais alheio aos problemas sociais*” (Lepik 2010, p16)*.

Mockbee tinha como principal objectivo, desenvolver e construir projectos reais com os seus alunos, desde casas a centros comunitários que beneficiassem os mais pobres na zona rural de Hale County (Lepik 2010). Nesta “*oficina de arquitectura*” os estudantes estavam imersos nas práticas sobre as quais trabalhavam e estudavam (Clarke 2015) através de um envolvimento profundo com o projecto e com a construção, estabelecendo uma negociação frente a frente com os seus utilizadores (Oppenheimer Dean and Hursley 2002, p2 citado em Clarke 2015).

Por contraste a uma dispersão geográfica das iniciativas, o Rural Studio parte de

Figura 33.

Figura 34.

Figura 35.

uma estratégia de *place-based learning* na resolução de problemas das comunidades próximas. Esta ideia tem por base um trabalho de continuidade ao longo dos anos, que permite à Universidade “*construir progressivamente a confiança e credibilidade junto da comunidade com cada projecto*” (Badanes 2008, p249)*. Seguindo esta estratégia, em 2010, a oficina tinha já construído mais de 120 estruturas num raio de 40 km (Lepik 2010).

Figura 36.

Depois da morte de Mockbee em 2001, este núcleo passou a ser conduzido por Andrew Freear, um antigo professor da escola. Aquela que começou por ser somente uma experiência de um ano acabou por se tornar num núcleo permanente da Universidade de Auburn, mantendo-se activo até aos dias de hoje (Lepik 2010).

Esta base ideológica tinha já sido ensaiada nas décadas de 60 e 70, também nos EUA, onde diversos programas académicos se debruçaram sobre as problemáticas sociais da arquitectura e desenvolveram projectos com comunidades desfavorecidas nas aldeias mais pobres nos estados do interior. Esta geração desencadeou diversas iniciativas, entre elas o projecto ambulante Jersey Devil, do arquitecto Steve Badanes, que viajou pelo país para dar apoio às comunidades desfavorecidas (Badanes 2008). Este colectivo era composto por “*um grupo de artistas, arquitectos e inventores comprometidos com a interdependência do design, construção e sustentabilidade energética dos edifícios*” (Badanes 2008 p249)*.

Apesar da vitalidade de alguns destes projectos, o seu impacto não foi suficiente para mudar o rumo corrente da academia. Como já foi referido, as universidades permaneceram durante muito tempo distantes destas problemáticas sociais, mantendo ao longo do seu percurso estas preocupações num plano secundário.

No entanto, com o agravamento das crises sociais e humanitárias de forma generalizada e decorrente da crise identidade e oportunidade que se instalou na profissão, tem-se vindo a assistir, ao longo dos últimos anos, a uma alteração gradual da mentalidade de algumas universidades que as fez “*regressar às questões de justiça social no ensino da arquitectura*” (Badanes 2008, p249)*. Esta agenda social faz já parte do plano curricular de algumas universidades relevantes tais como: a universidade Bartlett London e Oxford Brookes, ambas em Inglaterra, Trondheim na Noruega, Universidade Técnica de Viena na Áustria, Universidade da Catalunha;

a Washington University, Miami University, Harvard GSD e a já referida Auburn University, nos EUA, entre outras.

Entre as mencionadas, destacam-se duas formações centradas nas práticas de desenvolvimento e Arquitectura de Emergência, nomeadamente a do *Master of International Cooperation Sustainable Emergency Architecture* em Barcelona da Universidade da Catalunha, fundado por Amanda Schachter e Alexander Levi e o *Master Degree in Development and Emergency Practice* (CENDEP) formado em 1985 na Universidade Oxford Brookes, em Inglaterra. Em contraste com alguns dos programas referidos anteriormente, estes currículos vão para além da formação de base local e apostam numa formação enquadrada no âmbito global que permita aos arquitectos dar resposta às questões colocadas pelas diversas crises sociais contemporâneas.

Esta visão mais abrangente das práticas de emergência no plano da cooperação internacional, encontra também uma base ideológica noutros exemplos do passado.

Uma das referências mais relevantes é a do *Appropriate Building Course*, fundado na década de 80 no Reino Unido pelo arquitecto Maurice Mitchell (Clarke 2015), que tinha como principal intuito “*preencher um vazio na educação inglesa para aqueles que se queriam especializar no desenvolvimento de projectos de construção sustentáveis no âmbito de constrangimentos dos países em desenvolvimento*” (Mitchell 1996, p13 citado em Clarke 2015, p23)*.

Outra das referências importantes é a do núcleo *BaSiC Initiative* por Sergio Palleroni que foi concebido em 1986 como um para auxiliar agricultores pobres no México. Nos primeiros anos o projecto providenciou serviços de planeamento e design a estas comunidades, dando-lhes o conhecimento e as ferramentas para se tornarem autossuficientes. O projecto só foi oficialmente fundado mais tarde, em 1995, na Universidade de Washington, juntamente com Steve Badanes e David Riley. No plano pedagógico a oficina centra-se fundamentalmente sobre três temas: Comunidade Global, Comunidade Local e Habitação. Nas últimas duas décadas construiu cerca de uma centena de projectos de apoio comunitário em diversas geografias, tanto de cariz estrutural como escolas, clínicas e bibliotecas, como infraestrutural como poços, cisternas e campos solares (BaSiC 2016).

Figura 37.

Dentro deste universo académico de emergência, sobressai pelo contraste da sua estratégia, o exemplo do African Design Center, um centro de formação concebido e desenvolvido pelos já citados MASS Design Group, para ser construído em Kigali no Ruanda até 2017. Esta academia tem por objectivo a formação de uma nova geração de arquitectos africanos que venha colmatar o alarmante défice de profissionais no continente¹⁶ (Murphy 2016). À semelhança dos Rural Studio, o ADC propõe uma aprendizagem de base local consumada numa intervenção efectiva no terreno centrada na utilização de recursos e técnicas locais, desenvolvendo em simultâneo projectos de investigação que se debrucem sobre temas como a rápida expansão de polos urbanos, alterações climáticas ou equidade social. Como contraponto à necessidade de intervenção de arquitectos estrangeiros, esta escola procura abordar os problemas da Arquitectura de Emergência através do desenvolvimento de mecanismos de resolução internos (Murphy 2016).

Mais timidamente, no plano nacional é também de relevar o esforço conjunto do ISCTE-IUL e da UAL, no desenvolvimento do workshop InSitu, em parceria com a Câmara Municipal da Almada, o qual tem desenvolvido, com alunos e tutores, vários projectos com as comunidades mais pobres do Bairro do 2º Torrão na Trafaria. Esta formação de duas semanas procura essencialmente desenvolver, através de cirúrgicas intervenções construídas, uma consciência social nos alunos explorando simultaneamente a intersecção e vantagens do mundo das novas tecnologias de fabricação digital com estes cenários de crise (InSitu 2015).

Apesar dos esforços estas práticas nunca se chegaram a integrar na pedagogia corrente da grande maioria das universidades. Existe ainda um estigma relativamente a este tipo de abordagens, em parte porque parecem representar uma distração a um modelo de aprendizagem clássico e erudito essencialmente centrado na dimensão técnica e artística de uma arquitectura abastada e de recursos ilimitados.

¹⁶ Com 35.000 registados em todo o continente africano, em contraste com os 153.000 em Itália apenas.

No entanto, o sucesso de muitos dos programas acima mencionados demonstra que essa leitura não é fundamentada. Se fizermos uma leitura mais abrangente do paradigma actual, facilmente compreendemos que as práticas sociais e de emergência não representam uma matéria paralela e de estudo autónomo, mas antes um domínio complementar cujo processo de abordagem ao projecto pode compensar campos deficitários na aprendizagem corrente da unidade curricular de Arquitectura/Projecto através do contacto directo com a realidade, tanto no sentido do envolvimento com as comunidades como na aproximação à construção.

Num sentido recíproco, a eficácia destas práticas depende também da sua integração no currículo corrente, não como formações secundárias, mas antes como elemento fundamental de um currículo obrigatório (Quraeshi 2008, p265).

Por outro lado, é igualmente importante reconhecer que existem inúmeras dificuldades inerentes à transição de paradigma. O facto de existirem ainda poucos formadores com experiência no meio justifica, em certa medida, a demora na adaptação a estes temas. Seria necessário, antes de mais e como refere Sinclair “ensinar os professores” (*train the trainers*) (Sinclair 2015)* para que subsequentemente estas práticas se possam propagar a um ritmo exponencial.

A responsabilidade das Universidades não se limita apenas ao ensino, mas passa também pelo desenvolvimento dos temas sociais através de laboratórios de estudo na academia, o quais têm um papel fundamental na criação “*uma agenda de investigação que analise as lições aprendidas de forma a informar o planeamento das acções futuras*” (Quraeshi 2008, p.265)* e que desenvolva um conhecimento profundo sobre este tema complexo que permita “*identificar as raízes dos problemas sociais*”¹⁷ (Beninama 2015)*.

¹⁷ São exemplos disso o SLUM LAB, da Columbia University, entre outros.

•••

5.3 Arquitectura de causas ou Arquitectura para todos - a prática corrente do atelier

No contexto da prática de atelier, os arquitectos têm vindo a desenvolver o seu trabalho no campo de emergência através de vários modelos, dedicando-se de forma mais ou menos exclusiva a este universo.

Nos últimos anos têm surgido colectivos e ateliers que centram a sua prática exclusivamente sobre a temática da Arquitectura de Emergência. Apesar de não ser ainda corrente estes núcleos de trabalho são genericamente designados por *For Purpose Design Studios*, o que em português se poderá denominar como “*Ateliers de Causas*” (Sinclair 2016). Estas estruturas têm como propósito primeiro um ideal de missão, de estímulo redobrado, na procura de uma compensação dos desequilíbrios sociais que afectam as comunidades mais frágeis ou fragilizadas. A sua base de intervenção vai para além da dimensão construtiva do projecto. Os ateliers de causas personificam a ideia de uma arquitectura activista humanitária através de uma procura activa de desafios sociais e das suas respectivas soluções, na defesa dos direitos das populações afectadas e na investigação dos temas de emergência.

Um dos exemplos paradigmáticos deste modelo é o do atelier MASS Design Group, (Model of Architecture Serving Society) organização sem fins lucrativos, cofundada em 2008 pelos arquitectos Michael Murphy e Alan Ricks. O seu trabalho tem especial enfoque na ajuda de comunidades inseridas num contexto rural (Murphy 2015), com especial enfoque no continente africano, principalmente no sector da saúde, onde já contruíram vários hospitais, clínicas e centros de saúde.

Existem também outros exemplos igualmente relevantes, como o do atelier Simple Works (*for-profit*), formado em 2013 pelo arquitecto Cameron Sinclair, cofundador da AFH e que, entre outros projectos, desenvolveu uma unidade de abrigo modular reutilizável para alguns campos de refugiados sírios (Sinclair 2015); ou o do atelier escocês Orkid Studio fundado por James Mitchell, que tem já uma larga experiência no desenvolvimento de projectos comunitários principalmente em África, e que para além da obra contruída tem desenvolvido importantes acções de capacitação e empreendedorismo social.

Num contexto mais urbano é de relevar também o trabalho desenvolvido pelo já mencionado atelier Recetas Urbanas do arquitecto Santiago Cirujeda, que se debate com os temas de apropriação de edifícios abandonados seguindo estratégias “*de autoconstrução no limite da legalidade*” (Moreira e Sousa 2015, p574).

Para além dos ateliers mencionados contam-se muitos outros que têm desenvolvido um trabalho arquitectónico exímio a favor das mais variadas causas.

É importante compreender que as arquitecturas de causas são peças imprescindíveis ao desenvolvimento de uma consciência social positiva. As suas intervenções são um alerta da necessidade urgente de uma mudança, de uma transfiguração de um estado actual nocivo através da assimilação profunda de valores universais. Como Justin McGuirk afirma, “*num mundo ideal, arquitectos activistas não deveriam ter de existir, mas, como o mundo está longe de ser ideal, precisamos deles (...)*” (McGuirk 2015, p575)*. Idealmente este paradigma de missão deixaria de ser necessário e dissolver-se-ia na prática corrente da disciplina pela assimilação natural da temática e a procura de um equilíbrio social passaria a estar intrinsecamente gravada como o designio consensual do conceito e da palavra Arquitectura.

Em parte este desejo de simbiose está simbolicamente espelhado na integração feita por alguns ateliers, do desafio da Arquitectura de Emergência ou de outras práticas sociais como parte integrante do universo convencional de projecto. Paralela à arquitectura de causas, tem-se desenvolvido uma prática profissional menos exclusiva corporizada pelo conceito de uma “*arquitectura para todos*” (Clarke 2014, p109). Os projectos sociais de Emergência surgem, neste caso, como uma extensão ao mercado tradicional, não deixando os ateliers de trabalhar a arquitectura de menores restrições.

Um dos contributos mais representativos desta arquitectura democrática está presente no trabalho desenvolvido pelo já mencionado arquitecto japonês Shigeru Ban, o qual se destacou pela iniciativa que teve desde muito cedo, de se envolver em práticas humanitárias. As suas experiências para abrigos de emergência começaram em 1986 e desde aí tem vindo continuamente a aplicar o seu conhecimento no desenvolvimento de projectos de emergência pós-desastre por todo o mundo: Taiwan, Sudão, Nova Zelândia e Filipinas, entre outros (Davis 2014). Ban destacou-

Figura 39.

Figura 40.

Figura 41.

Figura 42.

Figura 43.

se principalmente pelos seus métodos construtivos em que utilizou materiais leves e de fabrico industrial, como tubos e rolos de papel de grandes dimensões, para a construção de estruturas reticuladas, tanto em edifícios temporários como permanentes. Apesar de estar especialmente focado na construção de unidades de abrigo de emergência construiu também outros equipamentos de apoio como igrejas e centros comunitários. Para além da resposta técnica existe uma dimensão poética nas suas obras que procura restabelecer alguma normalidade e equilíbrio a cenários de destruição e desespero (Davis 2014).

Figura 44.

Shigeru Ban tem tido também um papel fundamental na defesa da figura do arquitecto enquanto agente social activo. Foi essa luta que o levou a fundar a *Voluntary Architects Network*, uma rede internacional de voluntários focados à semelhança da AFH na construção de estruturas de auxílio em cenários extremos de pós-catástrofe como o último terramoto do Nepal em 2015 onde têm desenvolvido um trabalho activo. Apesar de estar principalmente focado no universo social, o espectro de encomendas do atelier abrange também projectos comerciais sendo uma das suas obras mais recentes o novo centro Pompidou em Metz, França. O exímio trabalho desenvolvido ao longo de todos estes anos levou a que, em 2014, fosse homenageado com o prémio Pritzker¹⁸.

Figura 45.

Ateliers como o de Shigeru Ban, Aravena e Francis Kéré, iniciaram o seu percurso com ênfase em projectos sociais e expandiram-se mais tarde para um universo mais amplo de desafios e oportunidades. Estes exemplos representam de certa maneira uma subversão do sistema fazendo, ao revés, e simbolicamente, da encomenda tradicional (para uma minoria) uma extensão do mercado de projectos sociais (para uma maioria).

Ao nível nacional temos também já vários exemplos de ateliers que têm abraçado

¹⁸ “Ao longo de 20 anos (...) viajou até aos locais de desastres naturais e artificiais à volta do mundo, para trabalhar com habitantes locais, voluntários e estudantes, para desenhar e construir simples, dignos, acessíveis e recicláveis abrigos e edifícios comunitários para as vítimas dos desastres” (2014 Anúncio oficial do Prémio Pritzker).

esta variedade de encomenda na sua prática corrente. São exemplos o atelier A+, o Atelier Blaanc e o Atelier Mob os quais, em diferentes áreas e contextos, têm desenvolvido um relevante trabalho, tanto em Portugal como no estrangeiro.¹⁹

Figura 46.

Figura 47.

A convivência deste tipo de práticas com a encomenda tradicional, beneficia a experiência arquitectónica através de uma contribuição recíproca entre matérias. O imperativo da máxima sustentabilidade e eficiência pela escassez de recursos representam preocupações extensíveis à prática corrente, da mesma forma que o exercício das formas sobre menos restrições pode abrir novas oportunidades estéticas e de representação nas práticas sociais e de emergência.

Ambos os modelos, de Arquitectura de Causas e Arquitectura para Todos, variam entre estruturas com e sem fins lucrativos e trabalham, com frequência, em parceria com organizações humanitárias internacionais como a Article 25 ou a AFH.

Para além destas duas vertentes, as práticas sociais de emergência têm contado também com a participação de ateliers de grande envergadura como é exemplo o de Norman Foster (*Foster Associates*), que integram já no seu currículo algumas iniciativas de filantropia humanitária (Foster 2015). Michael Murphy nomeia a abordagem destes ateliers de “*Robin Hood Model*”, dado que em muitos dos casos são utilizados os rendimentos provenientes de encomendas de honorários mais elevados para financiar outros pro bono, de cariz social (Murphy 2015). Estes são essencialmente ateliers de maior dimensão, de escala corporativa, que contemplam uma estratégia de Responsabilidade Social²⁰ para a qual estabelecem um orçamento disponível no desenvolvimento destas práticas humanitárias (Foster CSER Report 2014).

¹⁹ Outros nomes são citados mais à frente no capítulo das redes no parágrafo relativo à exposição *Portugueses Fora de Portugal: Tanto Mar*.

²⁰ CSER – *Corporate Social Environmental Responsibility*.

Torna-se cada vez mais urgente que os ateliers integrem na sua prática corrente estas preocupações humanitárias. A mudança exige, por si só, um esforço de adaptação e aprendizagem que passa necessariamente por um envolvimento mais profundo com o tema.

Num sentido mais abrangente, esta nova agenda social deve servir de referência aos ateliers mais jovens e recém-formados, mas também uma oportunidade de abertura e integração das novas problemáticas sociais no espectro de trabalho dos ateliers já estabelecidos, as quais podem passar a privilegiar aliás, nalgumas matérias, de um conhecimento mais profundo de profissionais mais experientes.



Figura 28. Architecture Sans Frontières- UK



Figura 30. AFH Transitional Housing Competition

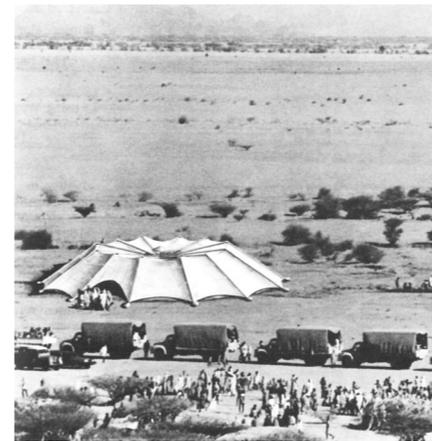


Figura 31. 139 Shelter



Figura 29. Hualin Temporary Elementary School - Voluntary Architects Network



Figura 32. Kimisagara Football for Hope Centre / AFO e AFH



Figura 33. Place-based learning– Rural Studio



Figura 35. Dave's House – Rural Studio



Figura 34. Samuel Mockbee em Hale County no Alabama



Figura 36. Harris House - Rural Studio



Figura 37. BaSiC Initiative



Figura 38. Workshop InSitu no 2º Torrão, Trafaria



Figura 39. Escola em Ilima, Congo - MASS Design Group



Figura 40. Módulos de habitação, Síria - Small Works



Figura 41. St Jerome's Children Center - Orkid Studio



Figura 42. Paper Emergency Shelter – Shigeru Ban Architects



Figura 43. Paper Log Houses na Índia – Shigeru Ban Architects



Figura 44. Paper Log Houses na Índia – Shigeru Ban Architects



Figura 45. Opera Village em Laongo, Burkina-Faso – Kéré Architecture



Figura 46. Escola em Maliphofu, Lesoto. Pedro Clarke e Camille Bonneau



Figura 47. Lesotho Child Counseling United em Maseru - A+

Rede de conhecimento

A Arquitectura de Emergência tem diferentes condicionantes que dificultam a articulação e desenvolvimento da sua rede de conhecimento: a distância física entre os vários tipos de acção numa extensa variedade de meios culturais bem como a variedade de metodologias aplicadas e de soluções de construção apropriadas, sustentáveis e de baixo custo.

Apesar de alguns avanços, existe ainda, de uma forma geral, uma comunicação frágil e dispersa entre os vários intervenientes deste meio que dificulta a partilha de experiências bem como a discussão em torno do tema. Torna-se por isso indispensável montar uma rede que estimule a criação de novas ligações. Vanucci enuncia essa reacção afirmando que estrategicamente se torna necessário *“expandir a amplitude da nossa acção, recuperando literalmente espaços para reflexão e trabalho”* (Vanucci 2014, p19)*, criando polos de investigação que proporcionem um ambiente onde os profissionais se possam cruzar, estabelecer sinergias e criar novas estratégias e soluções. São exemplos desta iniciativa, o trabalho desenvolvido em polos como o Urban Think Tank ou em organizações como a Fundação Aga Khan (*Aga Khan Development Network*). Como já foi referido, também as Universidades têm desempenhado um papel fundamental neste aspecto, através da criação de laboratórios de investigação que reúnem professores e alunos em torno da análise das inúmeras crises sociais às várias escalas.²¹

Para além do debate profundo sobre esta nova agenda social, esta rede deve ter

²¹ Como é exemplo o núcleo BaSiC Initiative criada por Sergio Palleroni e Steve Badanes.

também um papel activo na produção de conhecimento, recolhendo e organizando a informação disponível e sistematizando conceitos e práticas de intervenção de forma a identificar padrões. Este esforço “*acarreta um ensaio e uma pesquisa constantes, documentação e disseminação de experiências, partilha de dados e factos, começando pelos contratempos e dificuldades*” (Vanucci 2014, p19)*. À semelhança de outras matérias dentro da disciplina, é através desta base de investigação teórica que as práticas de emergência podem progredir. A relevância operativa deste processo é exposta com clareza por João Rodeia (2006) quando afirma que “*parte substancial da resposta disciplinar resultará de um somatório de pequenos passos, à medida que alguns dos projectos, informados pela finitude, forem estabelecendo juízos paradigmáticos sobre as respectivas acções, e à medida que algumas das sínteses construídas forem operando, testemunhando e abrindo novos caminhos neste mesmo âmbito*” (Rodeia 2006, p19).

É fundamental que este trabalho de investigação integre, para além das matérias cativas da disciplina arquitectónica, uma perspectiva mais completa e necessariamente multidisciplinar das práticas de emergência, através da integração de outras áreas do conhecimento. No epílogo do livro *Arquitectura de Emergências*, Ian Davis afirma, já em 1980, que “*os próximos estudos que se realizem não se podem fazer isoladamente: só terão êxito quando os investigadores se derem conta que o arquitecto necessita do sismólogo, do funcionário de socorro, do economista e do antropólogo*” (Davis 1980, p143)*.

Também a publicação de trabalhos escritos sobre estas matérias de carácter social e humanitárias tem tido ao longo dos tempos um papel fundamental na sua divulgação e na promoção de uma consciência crítica.

Neste âmbito teve especial relevância, o ainda agora citado livro *Shelter After Disaster*²², escrito em 1978 pelo arquitecto e professor Ian Davis, como uma das primeiras obras a centrarem-se especificamente em torno do tema da Arquitectura de Emergência, a qual faz uma análise histórica da evolução das catástrofes e das

respectivas respostas encontradas (Davis, 1980).

Este trabalho de sistematização encontra-se também patente em publicações mais recentes como *Design Like You Give a Damn* vol. 1 e 2, lançados pela já mencionada Architecture for Humanity em 2006 e 2012 respectivamente, ou em *Small Scale Big Change: New Architectures of Social Engagement* (2010) do MoMA, editado na sequência de uma exposição do mesmo nome, no museu em Nova Iorque. Ambas as obras reúnem e analisam inúmeros projectos de arquitectura social ou de emergência, no plano global, num espectro abrangente de programas e em diversos cenários de crise social, complementado ainda com textos e análises históricas que nos ajudam a compreender a complexidade e cronologia do tema no espaço e no tempo.

Outro exemplo importante é o do livro *Expanding Architecture: Design as Activism*, editado por Bryan Bell e Katie Wakeford que faz uma compilação de textos que permitem ter uma percepção bastante completa das diversas e emergentes práticas de arquitectura comunitária e arquitectura de interesse público (Foreword Activism 2008). Igualmente relevante foi o trabalho desenvolvido pelo *Smithsonian Museum* na criação da exposição *Design for the other 90%* (2007), que deu origem a uma publicação do mesmo nome, cujo o sucesso veio mais tarde, em 2011, a dar origem a uma segunda exposição e respectiva publicação, desta vez chamada de *Design with the other 90% - Cities*. Estas duas iniciativas procuram ilustrar o trabalho que tem sido desenvolvido tanto por designers como por arquitectos na resolução de problemas de comunidades desfavorecidas que raramente têm acesso a este tipo de serviços.

No âmbito da comunicação, as feiras e exposições de arquitectura assumem-se como um dos principais veículos de troca e divulgação de ideias. Neste contexto, a Bienal de Veneza, um dos palcos mais influentes da arquitectura contemporânea, teve um papel importante ao dedicar a edição deste ano (2016) à agenda social e de emergência da disciplina arquitectónica. A exposição *Reporting from the Front*, organizada e coordenada pelo arquitecto Alejandro Aravena, tem como principal intuito partilhar as ferramentas que a arquitectura tem desenvolvido para atacar os problemas das crises sociais e humanitárias (Aravena 2016a). A proposta de

²² “Arquitectura de Emergência” na edição espanhola edita pela Gustavo Gili em 1980.

Figura 48.

curadoria vai em duas direcções: por um lado procura “*alargar o espectro de problemas que se espera que a arquitectura resolva, adicionando explicitamente à dimensão artística e cultural (...) aqueles que estão no final do espectro social, político, económico e ambiental*” e, por outro lado, vai no sentido de “*salientar o facto de que a arquitectura é chamada a responder a mais do que uma dimensão de cada vez, integrando uma variedade de áreas em vez de optar somente por uma*” (Aravena 2016b)*. A exposição procura partilhar com um público mais abrangente “*o trabalho de pessoas que estão a examinar o horizonte à procura de novos campos de acção, enfrentando desafios como a segregação, as desigualdades, periferias, acesso a saneamento básico, desastres naturais, défice de habitação, migrações, informalidades, crime, desperdício, poluição e participação das comunidades*”, trabalhando simultaneamente “*sobre a apresentação de exemplos onde as diferentes dimensões são sintetizadas, integrando o pragmático com o existencial, o pertinente e o corajoso, a criatividade e o senso comum*” (Aravena 2016b)*.

Figura 49.

Já anteriormente, na edição de 2012 - *Common Ground* – fomos confrontados com abordagens de temas sociais de emergência, onde surge representado com grande enfoque o estudo sobre a Torre de David, um projecto de investigação sobre as comunidades verticais na América do Sul, que usava como caso de estudo um arranha-céus em Caracas, na Venezuela, abandonado a meio da sua construção e ilegalmente ocupado posteriormente. O projecto, desenvolvido pela *Urban Think Tank* conjuntamente com Iwan Baan e Justin McGuirk, teve uma enorme exposição mediática ao vencer o Leão de Ouro, o galardão de maior relevância nesta feira.

Figura 50.

De uma forma mais tímida, na edição de 2014 – *Elements* – a qual se centrou sobre outras problemáticas, é de salientar, como uma das poucas excepções, o projecto da representação portuguesa com o Jornal Homeland, o qual reuniu, em três números, diversas perspectivas e análises sobre a evolução e legado da modernidade da arquitectura portuguesa com especial enfoque no tema da habitação. Através deste formato, estranho à divulgação de arquitectura, o jornal teve como objectivo primeiro gerar discussão em torno de temas socialmente relevantes, convocando tanto os arquitectos como o público em geral.

É também de relevar, no âmbito da Trienal de Arquitectura de Lisboa em 2010 – *Falemos de Casas* – o desenvolvimento do concurso Universitário para o Bairro

do Alto da Cova da Moura na Amadora, que através da análise do enquadramento urbano, social e económico, procurava encontrar possibilidades de intervenção da arquitectura “*materializadas no desenho de infraestruturas, de intervenções sobre o espaço público, definindo tipologias de habitação ou equipamentos, ou ainda reflectindo sobre técnicas construtivas, tendo sempre em conta o necessário conhecimento técnico, mas também antropológico do local*” (Concurso Trienal 2010).²³

Ainda no plano nacional, teve particular interesse o desenvolvimento da exposição *Portugueses Fora de Portugal: Tanto Mar*, organizada em 2014, com lugar na Garagem Sul do Centro Cultural de Belém. A exposição teve como principal objectivo fazer uma leitura mais abrangente do trabalho desenvolvido por portugueses no contexto da arquitectura de emergência no estrangeiro. Para isso, reuniu diversos projectos “*em diferentes geografias, escalas e contextos*”, com uma variedade que abarcou diferentes tipos de intervenção num contexto intergeracional e multidisciplinar (Santiago Baptista e Melâneo 2014, p116). Nesse sentido foram seleccionados trinta e três projectos, expostos em dispositivos modulares, distribuídos por cinco temas de acordo com o contexto de intervenção: Emergência, Escassez, Urbano, Informal e Formal (Saraiva 2014). Para além deste espólio a exposição integrava ainda uma zona que abordava o processo de desenvolvimento da mesma, acompanhado de um vídeo com os debates organizados nas mesas redondas que antecederam a exposição. Convocaram também um momento público onde se juntaram vários pensadores portugueses e estrangeiros que alimentaram a discussão sobre o tema.

Figura 51.

Este projecto levantou uma série de questões que permaneceram omissas durante muito tempo. A exposição foi para lá da discussão oportuna da imigração jovem em Portugal e procurou “*produzir conhecimento em metodologias, processos e práticas espaciais transformadoras da vida das pessoas e da realidade construída, no*

Figura 52.

²³ Também na edição de 2013 *Close Closer*, teve iniciativas pontuais ligadas com as práticas de arquitectura emergentes. Exemplo do projecto Declaração Universal dos Direitos Urbanos do atelier espanhol Zuluark.

presente” (Saraiva 2014). Torna-se bastante claro aliás que a escolha de iniciativas exclusivamente nacionais demonstra o esforço de estimular o envolvimento dos arquitectos portugueses nesta nova agenda social. Como é expresso pelos Mob “(...) a exposição destas práticas e o cruzamento de diferentes processos e abordagens poderão recolocar a arquitectura, em Portugal, como uma actividade estruturante na transformação e melhoria das condições de vida da população” (Saraiva 2014). Nesse sentido, o projecto sugere mesmo uma correlação entre a admiração pelos momentos revolucionários em Portugal, referindo-se ao SAAL e a uma “particular predisposição cultural para participar nestes processos” (Santiago Baptista e Melâneo 2014, p118), ligação essa que ficou também patente no nome “*Tanto Mar*” inspirado na música de Chico Buarque, escrita durante um período de censura no Brasil e contemporânea do 25 de Abril de 1974, que evoca uma ideia de esperança, de liberdade e de valores fundamentais. Este princípio serviu simultaneamente de pretexto denunciado pelos organizadores de “*abrir discussões fracturantes, que, em Portugal, nos possam retirar dos castelos de certezas sobre a ‘arquitECTURA portuguesa’ em que nos sentimos mais confortáveis*” (Santiago Baptista e Melâneo 2014, p116).

Por outro lado, o projecto coloca também a sua tónica na cooperação e comunicação a qual é enfatizada no plano pós-exposição, de “*cruzar as nossas sínteses (portuguesas) com as de outros países, para perceber a dimensão, os centros, as referências do que se está a passar*” (Santiago Baptista e Melâneo 2014, p119)²⁴.

Outro dos aspectos interessantes é a longevidade e consequência que o Atelier Mob procurou dar ao projecto, o qual foi para além da exposição física e se perpetuou na rede/plataforma online *Tanto Mar*, uma base de dados activa que visava dar continuidade do projecto da exposição através da recolha, promoção e discussão

²⁴ Estas iniciativas têm por vezes uma atitude activa na resolução dos problemas também do ponto de vista prático. Temos como exemplo AFH utilizou verbas da exposição que organizou no Van Allen Institute para angariar fundos para financiar o projecto para a construção de abrigos no Kosovo.

de novos projectos.

Nesta sequência, é fundamental reforçar o papel vital que a internet assume na dinamização deste meio. Uma das iniciativas mais relevantes neste âmbito é o projecto *Open Architecture Network*, desenvolvido pela AFH em 2006, o qual surge como a primeira plataforma open-source a apoiar o desenvolvimento de práticas de arquitectura e design humanitários sustentáveis. Esta página foi criada com o intuito de estimular a troca de conhecimento entre ateliers, organizações e empresas (Lepik 2010), através de um sistema de acesso livre onde os designers e arquitectos podiam publicar, ver e alterar projectos de soluções sustentáveis e replicáveis, de foco humanitário (Sinclair 2006, p11)²⁵.

Outro exemplo deste esforço open source é o da plataforma online *Architecture in Development*, fundada em 2011, e que tem como principal característica o mapeamento de iniciativas de arquitectura ao longo de todo o globo submetidas e editadas livremente pelos seus utilizadores. Esta abordagem tem como intuito aprofundar a capacidade dos arquitectos produzirem uma arquitectura apropriada ao dar a conhecer ao nível global as melhores respostas locais, em contextos geográficos, culturais, políticos, económicos e sociais únicos e muito diversos.

Igualmente importantes para o desenvolvimento das redes são as conferências e fóruns de discussão, os quais estimulam o encontro entre profissionais dedicadas a uma causa comum. São exemplos deste modelo, entre muitos outros, o fórum/festival criativo *Design Indaba* criado em 1995, que tem lugar todos os anos na cidade do Cabo na África do Sul, assumindo como objectivo promover o design e a arquitectura no continente africano (Indaba 2016) ou o da plataforma *What Design Can Do*, criada em 2011 com o intuito de estimular a inovação no sector social. Estes eventos têm servido como um importante catalisador de mudança, dando visibilidade e apoio a iniciativas inovadoras e com um forte impacto social,

²⁵ A OAN procura simultaneamente agilizar o acesso legal a invenções e ideias patenteadas por parte das comunidades mais desfavorecidas (Sinclair 2006 p11).

contribuindo simultaneamente para a sedimentação de uma postura activista tanto do designer como do arquitecto, no combate às crises sociais contemporâneas.

Num sentido mais alargado é importante compreender que esta discussão pode ser um estímulo para uma redefinição dos modelos e canais de comunicação dentro da própria classe. As mesmas ferramentas utilizadas para abordar esta questão podem ser utilizadas para muitas outras.



Figura 48. NLÉ Floating School – NLÉ



Figura 49. Protótipo Droneport na Bienal de Veneza 2016 - Foster Associates



Figura 50. Torre de David em Caracas, Venezuela



Figura 51. Exposição Portugueses Fora de Portugal – Tanto Mar



Figura 52. Exposição Portugueses Fora de Portugal – Tanto Mar

Sustentabilidade financeira do desafio

Como exposto no capítulo *Arquitectura e Sociedade*, as práticas sociais representam uma oportunidade do arquitecto reagir à crise da profissão, tanto do ponto de vista da sua identidade como do seu mercado de trabalho. Por um lado, permite-lhe realinhar as suas práticas profissionais aproximando-se do seu papel como agente social activo e por outro dar resposta ao défice de encomenda. Ainda assim, apesar da aparente evidência e simplicidade desta equação, existem inúmeras condicionantes, até aqui propositadamente omissas, que nos obrigam a ir um pouco mais longe na análise do problema.

Esclarecida já a questão inicial - *“se os arquitectos se podem envolver com a agenda humanitária?”* - a qual foi respondida em grande parte pelo sucesso de inúmeras experiências desenvolvidas em regime de voluntariado (Sinclair 2015)*, torna-se agora necessário ir um pouco mais longe, colocando uma segunda questão: *“Poderão os arquitectos desenvolver uma carreira sobre temas que se debruçam sobre a justiça social?”* (Sinclair 2015)*.

Para o arquitecto este não é ainda um mercado, na medida em que não representa uma alternativa profissional viável à prática estabelecida. Esta resistência nasce por um lado das dificuldades inerentes à actividade humanitária, pela sua logística, complexidade dos temas e das suas práticas e por outro da aparente insustentabilidade financeira do desafio.

Existe uma imagem distorcida da *Arquitectura de Emergência* pelo facto de esta estar ainda imensamente dependente da prática do voluntariado. A predominância, quase exclusiva, do trabalho *pro-bono* tem contribuído para a manutenção de uma

imagem missionária e gratuitamente disponível do arquitecto como agente social, excluindo à partida os incentivos financeiros que este precisa para estabelecer uma relação sustentável com a área. A leitura parcial deste meio acabou por, genericamente, secundarizar a actividade social da profissão, remetendo-a para um plano extracurricular ou pós-laboral.

Este voluntarismo deriva inevitavelmente da imagem que temos do sector social como um meio povero e de subsistência caridosa, incapaz de pagar honorários. Esta é, no entanto, uma ideia que precisa de ser desconstruída. Apesar de uma grande quantidade de organizações de ajuda humanitária ter de facto acesso a escassos recursos financeiros, existem, por contraste, inúmeras outras que movem um grande volume de capital. Cameron Sinclair refere-se a este sector como um “*negócio multimilionário*” (Sinclair 2015)* que não tem distribuído com equidade as suas verbas. A implementação de projectos humanitários envolve frequentemente despesas significativas na contratação de diversos serviços - na comunicação para as campanhas publicitárias, em consultoria, análise e visualização de dados, relações públicas etc. - no entanto, quando se trata de intervenções que necessitam da participação do arquitecto, existe uma expectativa contraditória de um trabalho gratuito ou com remunerações muito baixas²⁶ (Sinclair 2015)²⁷.

Perante este cenário, torna-se necessário desmistificar o missionarismo da acção para que se possa criar um ambiente transparente e claro relativamente à relevância do trabalho desenvolvido pelo arquitecto em situações de crise humanitária. A incongruência do actual sistema obriga assim a uma reacção, por um lado no reposicionamento da sua imagem e por outro na afirmação do seu valor (Sinclair 2015).

Como exposto anteriormente, o arquitecto tem um papel absolutamente fundamental na resolução de diversas crises sociais. A complexidade e exigência

²⁶ É necessário, no entanto salvaguardar algumas organizações nas quais o trabalho do arquitecto é remunerado como a Article 25 ou Architects de L'Urgence.

²⁷ O somatório de investimentos feitos nas outras áreas chega por vezes a equiparar-se ou mesmo a ultrapassar o valor total da construção (Sinclair 2015).

dos projectos humanitários aumentam exponencialmente a sua preponderância em todas as etapas do projecto: na sua viabilidade, na sua concretização e no seu desempenho depois de construído.

Apesar desta relevância, a arquitectura de emergência é ainda refém do estado actual da profissão, que se reflecte na afirmação do arquitecto Álvaro Siza Vieira de que “há um olhar sobre a Arquitectura como sendo um assunto de elites, o arquitecto é tido como caro e caprichoso, quando o arquitecto é precisamente o contrário” (Siza Vieira 2015, p532). Criou-se por isso um preconceito generalista, de uma arquitectura egoísta (ou de egos) geralmente cara e de fraca consciência social (Shigeru Ban 2008), absolutamente incompatível com os requisitos de pragmatismo, sensibilidade e economia imprescindíveis à ajuda humanitária. Esta imagem é no entanto equívoca. A arquitectura tem, no âmbito das acções de emergência, a capacidade de gerar “*valor acrescentado*” (*value added design*) (Sinclair 2015)*, tanto através de um benefício tangível no custo de construção e manutenção do edifício e na criação de novos empregos, como por um benefício intangível na produção de capital humano através de processos comunitários e de estratégias de capacitação das populações.

A incongruência entre a imagem estabelecida e a efectiva relevância e impacto social que o arquitecto pode ter deve-se sobretudo a um problema de comunicação. Como Murphy refere “*somos fracos a comunicar (...) existe um problema de na troca de mensagens não nos conseguimos articular (...) sobre as nossas questões e sobre o valor que trazemos*” (Murphy 2015)*. Em grande medida, a divulgação da Arquitectura está ainda demasiado virada para a classe, sendo por isso incapaz de demonstrar ao grande público a relevância do seu trabalho (Clarke 2014, p109). No fundo, a acção do arquitecto necessita de media dado que “*sem esse mediador é muito difícil compreender, absorver e comunicar a arquitectura*” (Campos Costa 2014, p110).

A reconstrução da confiança entre a profissão e a sociedade depende por isso de uma maior abertura por parte do arquitecto tanto ao nível do seu discurso como das suas práticas. Nesta linha de acção, Hamdi salienta a importância de “*tornar o processo acessível e transferível*”, ao que completa, “*tornar o invisível mais visível, desmistificar a tomada de decisões, evitar os jargões das rotinas especialistas é*

tanto uma obrigação moral como uma prática de responsabilidade ética” (Hamdi 2010, p224).*

O reposicionamento da sua imagem depende também da capacidade que o arquitecto tem de se afirmar como agente social activo ao gerar ele próprio a oportunidade de mudança. Esta atitude inconformada tem por base o conceito já abordado da arquitectura enquanto prática activista, a qual toma iniciativa e vai ao encontro do projecto, envolvendo-se com ele desde a sua raiz. A iniciativa carece, no entanto, da procura de sistemas financeiros que estimulem a participação e viabilizem essa autonomia. Esta problemática centra-se assim na necessidade basilar do arquitecto estabelecer um modelo de negócios sustentável para uma aposta profissional nas práticas sociais e de emergência (Sinclair 2015), fazendo a transição daquela que ainda é somente uma matéria de estudo ou um nicho de mercado, para uma solução profissional viável para um grande número de ateliers, mesmo para aqueles que se querem dedicar exclusivamente a esta área (Murphy 2015).

A solução para esta questão pode residir em parte no desenvolvimento do conceito de arquitecto-promotor. Como Clarke refere, ao contrário da encomenda tradicional, a concretização destas acções sociais implica muitas vezes *“procurar fontes de financiamento e formas de viabilizar os projectos ainda antes de se saber exactamente o que eles vão ser”* (Clarke 2014, p109). Neste contexto, o arquitecto surge simultaneamente envolvido, para além da construção, com a viabilidade financeira do projecto como angariador de fundos (*fundraiser*) ou como acionista (*equity stake*) (Sinclair 2015), investindo como empreendedor social, com ou sem fins lucrativos. Ao assumir parte do risco, o arquitecto estabelece um compromisso claro com a sociedade e reforça a sua credibilidade junto das comunidades, passando a fazer parte activa no desenvolvimento da economia social.

Já foram dados os primeiros passos desta mudança e os ateliers que hoje operam nessa área têm vindo a desenvolver alguns desses modelos de financiamento alternativos. Um destes exemplos é o do já referido MASS Design Group, o qual tem por base um modelo de partilha de custos, captando parte do capital através de

doações e a outra parte através de fundos disponíveis²⁸ (Murphy 2015), conseguindo assim ajudar a financiar os projectos, assegurando em simultâneo o pagamento dos seus honorários²⁹. Além de beneficiar o arquitecto, dando-lhe uma autonomia financeira, este modelo está solidário com o facto, como já mencionado, da maioria das organizações ou comunidades não terem capacidade para construir as obras ou mesmo para pagar os serviços de arquitectura (Murphy 2015).

Apesar da aparente simplicidade, a opção por este modelo não é linear, na medida em que a maior parte dos ateliers ainda não está preparada para a implementação efectiva desta iniciativa. Para além do confronto com a complexidade específica do tema e das suas práticas, e da ausência de um suporte logístico próprio que lhes permita envolverem-se facilmente com estas problemáticas sociais, este sistema implica ainda, como proposto, um esforço acrescido de promoção e financiamento dos projectos, matéria essa que está fora das competências correntes da profissão. Podemos depreender por isso que este modelo não seria aliciante ou mesmo acessível para a maioria dos ateliers, correndo o risco de se tornar numa hipótese irrealista ou pouco eficaz.

A solução, no entanto, pode residir numa visão mais abrangente do problema, procurando a resposta no plano colectivo através da transição do conceito de um arquitecto-promotor isolado para uma arquitectura-promotora. Para tal seria necessário criar plataformas mediadoras entre os arquitectos e a sociedade, que facilitem não só a logística da captação de fundos como também a identificação da oportunidade, o contacto com as instituições e o apoio no desenvolvimento operativo dos projectos, criando sinergias que envolvam os diferentes organismos responsáveis, tanto à escala nacional, como internacional³⁰. Este sistema permitiria

²⁸ Estes fundos podem ser obtidos através de apoios governamentais ou de ONGs, do sector privado, de doadores particulares, por meio da organização de eventos, entre outros.

²⁹ Tanto Murphy como Sinclair referem frequentemente a ambição de tonar estes modelos replicáveis, de forma a captar mais profissionais para este universo social.

³⁰ Ordens profissionais, ONGs locais e internacionais, respectivos Estados, União Europeia, ONU (UNHabitat), entre outras.

estimular o desenvolvimento de projectos sociais e humanitários, garantindo ao mesmo tempo a liberdade do atelier continuar a funcionar com níveis relativamente altos de autonomia.

Conclusão

A problemática contemporânea em torno da Arquitectura de Emergência resulta fundamentalmente da coincidência de duas crises distintas, por um lado a da sociedade, marcada pelas catástrofes humanitárias de larga escala ao nível global que colocam em risco o frágil equilíbrio de um ecossistema social interdependente e por outro a da arquitectura, enquanto profissão, tanto do ponto de vista da sua identidade ideológica como do ponto de vista do seu mercado de trabalho. Somos confrontados com uma clara incongruência entre o défice de encomenda e a manifesta necessidade de ajuda e apoio humanitário nestas matérias.

Esta sobreposição infere por si só a necessidade de rever o actual paradigma da prática arquitectónica, o qual está ainda cativo de uma ínfima minoria privilegiada, passando a considerar os mais pobres como potenciais clientes e não como beneficiários dependentes de uma caridade altruísta e voluntária. Inerente a este processo está a alteração da atitude do arquitecto relativamente à encomenda passando de uma posição passiva para uma tomada de iniciativa activa, procurando, sobre os princípios de uma arquitectura activista e politicamente interveniente, oportunidades de projectos de forte impacto social.

A Arquitectura de Emergência, assume-se como uma das expressões mais relevantes desta premente mudança de mentalidade. A intervenção em cenários extremos é acima de tudo uma afirmação, ou um manifesto, sobre a incontornável relevância do arquitecto. Este sentido de responsabilidade social assumido, permite-lhe distanciar-se de uma imagem meramente formal, erudita e circunstancial com a qual é conotado, aproximando-se de uma visão mais abrangente e humanista, construindo em simultâneo a sua imagem como um agente político capaz e com poder operativo na resolução de problemas profundos.

Apesar do recente mediatismo deste tema, o seu ímpeto não se tem mostrado capaz de romper com o paradigma tradicional da actividade do arquitecto. Em parte, essa inércia deriva do facto dos desafios implícitos à prática arquitectónica de emergência fazerem dela uma matéria complexa, que obriga a um conhecimento profundo do tema, a um contacto directo com a realidade e a uma enorme capacidade de cooperação.

Tal como na prática comum, esta complexidade estabelece uma relação directa com três dimensões fundamentais: experiência, a educação e o treino - a experiência associada à acção voluntária, a educação ao ensino da academia e o treino à prática corrente do atelier.

O voluntariado surge, na área da arquitectura de emergência, como um dos principais motores de desenvolvimento do tema. O mediatismo que algumas organizações alcançaram, permitiu reacender o debate sobre as problemáticas humanitárias e estimular a adesão de um grande número de estudantes e arquitectos. Neste quadro, o voluntariado veio ocupar um espaço vazio ao capacitar um meio que se encontrava com uma forte escassez de recursos humanos.

No plano da educação, a universidade deve assumir, ao contrário do que genericamente tem feito, um papel fundamental na construção dos novos desafios sociais pela responsabilidade que tem na transmissão das práticas e metodologias que aproximem o aluno da realidade prática. A compreensão dos problemas sociais contemporâneos implica um envolvimento directo dos alunos com as comunidades desfavorecidas ao longo da sua formação através de programas de aprendizagem de base local. Para além desta dimensão pedagógica, existe ainda uma componente de investigação cujo o trabalho é imprescindível ao desenvolvimento do meio.

Ao nível da prática dos ateliers a abordagem divide-se entre uma arquitectura de causas vocacionada para o desenvolvimento de um trabalho exclusivo sobre o tema da emergência e uma “arquitectura para todos,” que de uma forma mais eclética propõe a integração destas matérias no universo de arquitectura corrente do atelier. Neste último, a coexistência entre experiências de dois universos opostos resulta numa contribuição recíproca dado que os imperativos de sustentabilidade representam preocupações extensíveis à prática corrente, da mesma forma que

o exercício menos restritivo da arquitectura pode abrir novas oportunidades de representação simbólica nas práticas de emergência.

A eficácia destas diferentes abordagens depende necessariamente da sua capacidade de articulação. Torna-se por isso necessário criar uma rede que permita cruzar informação e estabelecer novas relações através da sistematização e produção de conhecimento e da coordenação dos vários actores deste universo social de emergência.

Apesar das evidentes virtudes do compromisso implícito nesta mudança de mentalidade, a arquitectura de emergência não representa ainda uma alternativa profissional viável à prática estabelecida. Existe uma imagem distorcida, alimentada pela predominância do trabalho pro-bono, que tem contribuído para a manutenção de uma imagem missionária do arquitecto como agente social, pondo de parte os incentivos financeiros indispensáveis à sua sustentabilidade. Perante este cenário, torna-se necessário esclarecer a relevância do trabalho do arquitecto em situações de crise humanitária, obrigando assim a uma reacção, por um lado no reposicionamento da sua imagem e por outro na afirmação do seu valor. Para além disso é necessário criar modelos financeiramente sustentáveis que permitam que os ateliers considerem esta via como uma solução profissional viável. No limite vemos surgir o conceito de um arquitecto-promotor que incorpora na sua prática os princípios de uma arquitectura activista na procura de soluções de financiamento que viabilizem a concretização dos seus projectos.

Acima de tudo torna-se claro que este é um programa complementar e não alternativo, o qual não procura substituir o paradigma milenar da arquitectura, mas, pelo contrário expandi-lo a um horizonte ainda mais abrangente de desafios. A Arquitectura de Emergência não constitui, por isso um apelo emocional a uma iniciativa caridosa, mas antes uma abordagem pragmática e real a duas crises consonantes às quais a classe tem a obrigação de responder tanto por vocação como por necessidade.

Bibliografia

- AAP- (1980).Arquitetura Popular em Portugal.2ª Edição. Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa.
- AFH-Architecture for Humanity. (2006). Design like you give a damn. London: Thames & Hudson.
- Aaronson, D. (2012). Design like you give a damn (2). New York: Abrams.
- Aravena, A. (2016a). Entrevista a Alejandro Aravena 13 Jan 2016. [Online] Disponível em: <http://www.dezeen.com/2016/01/13/alejandro-aravena-interview-pritzker-prize-laureate-2016-social-incremental-housing-chilean-architect/> (Acedido 2 Fevereiro 2016).
- Aravena, A. (2016b). Reporting from the front. Bienal de arquitectura de Venza 2016. [online]. Disponível em: <http://www.labiennale.org/en/architecture/exhibition/aravena/> (Acedido 14 de Julho 2016).
- Bell, B. (2008). Expanding Design toward greater relevance. In: B .Bell and K. Wakeford, ed., Expanding Architecture: Design as Activism, 1 st ed. New York: Metropolis books.
- Bell, B .and Wakeford, K. (Ed.s.) (2008).Expanding Architecture: Design as Activism. New York: Metropolis Books.
- Bolton, G. (2008).AID and other dirty business, 1 st published as Poor Story in 2007.Uk: Ebury Press.
- Boundaries,-International Architectural Magazine. (2013).N. º10, year III. Architectures for Emergencies.
- Campos Costa, P. e Allegri, A. (Eds.), (2014). Homeland, News From Portugal, Arquivo/ Archive 2014. 1st ed. Lisbon: Note.
- Fairs, M. (2014). Dezeen Book and Interviews. London: Marcus Fairs.
- Fathy, H. (1973). Architecture for the poor, an experiment in rural Egypt. Chicago: University of Chicago

Press. *Arquitectura para os pobres, uma experiência no Egito rural*. 1ª ed. (2009). Lisboa: Argumentum / Dinalivro.

Foster (2014). *Corporate, Social and Environmental Responsibility Report*. [Online] Disponível em: http://www.fosterandpartners.com/media/967039/foster_and_partners_2014_cser_report_online.pdf (Acedido 7 Abril 2016).

Fundação Francisco Manuel dos Santos. (2015). *Revista XXI* n.º 4, Ter Opinião.

Hamdi, N. (2010). *The placemaker's guide to building community*. London: Earthscan.

Harriss, H. and Widder, L. (Eds.) (2014). *Architecture live projects: pedagogy into practice*. New York, N.Y.: Routledge.

Kéré, F. (2013). TED Talk: How to build with clay... and community. [video] Disponível em: http://www.ted.com/talks/diebedo__francis_kere_how_to_build_with_clay_and_community (Acedido 15 de Janeiro 2016).

Lepik, A. (2010). *Small scale, big change. New Architectures of Social Engagement*. New York: Museum of Modern Art.

Moreira, P. e Sousa, A. (2015). *Arquitectura Rebelde*. J-A, nº 252 p. 574-577. *Ordem dos Arquitectos*. Portugal.

Murphy, M. (2015). *What Design Can do*. [Video] Disponível em: <https://vimeo.com/129524504> (Acedido 25 Maio 2016).

Murphy, M. (2016). *Ted talks: Architecture that's build to heal*. [Video] Disponível em: https://www.ted.com/talks/michael_murphy_architecture_that_s_built_to_heal (Acedido 5 Março 2016).

Oppenheimer Dean, A. and Hursley, T. (2002). *Rural Studio. Samuel Mockbee and an Architecture of Decency*. New York: Princeton Architectural Press.

Pessoa, F. (1997). *O Banqueiro Anarquista*. 5ª Edição. Lisboa: Antígona.

Polak, P. (2007). *Design for the other ninety percent*. In: C. Smith, ed. , *Design for the other 90 %*, 1 st ed. New York: Smithsonian Institute.

Saraiva, T. Mota (2012) *The Place For Architecture in Portugal - Revista Domus*. Disponível em: [http://](http://www.domusweb.it/en/op-ed/2012/10/25/the-place-for-architecture-in-portugal.html)

www.domusweb.it/en/op-ed/2012/10/25/the-place-for-architecture-in-portugal.html

Saraiva, T. Mota (2012) *Subverter a Ideia De Que Não Há Futuro*. *Jornal dos Arquitectos* nº243. Também disponível em: <http://www.ateliermob.com/329663.html>.

Saraiva, T. Mota (2014). *Tanto Mar: Portugueses Fora de Portugal*. Lisboa: CCB 2014.

Santiago Baptista, L. (2014). *Práticas-emergentes.pt: Jovens arquitectos portugueses em tempos de crise*. *Arqa - 114 Práticas - emergentes.pt*. p. 20-21. Lisboa.

Santiago Baptista, L. e Melâneo, P. (2014). *Tanto Mar - Entrevista a Ateliermob*. *Arqa - 114 Práticas - emergentes.pt*. p. 116-119. Portugal.

Santiago Baptista, L., Moreno, J., Massad, F. e Guerrero Yeste, A. (2014). *Arquitectura Social, Três Olhares Críticos*. Lisboa: CCB 2014 #1.

Smith, C (2007). *Design for the other ninety percent*. In: C. Smith, ed., *Design for the other 90 %*, 1 st ed. New York: Smithsonian Institute.

Smith, C (2011). *Design for the other ninety percent*. In: C. Smith, ed., *Design with the other 90 %: Cities*, 1 st ed. New York: Smithsonian Institute.

Sinclair, C. (2006). *Design like you give a damn*. New York, NY: Abrams.

Tavares, A. (2013). *Combate e Tática*. J-A, nº 247 p.85. *Ordem dos Arquitectos*. Portugal.

Távora, F. (2006). *Da organização do espaço*. 6ª Edição. Porto: FAUP publicações.

Till, J. (2009). *Architecture depends*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

UN- Habitat (s.d.a) *Urban Themes: Housing and Slum Upgrading*. [Online] UN- Habitat Página Oficial. Disponível em: <http://unhabitat.org/urban-themes/housing-slum-upgrading/> (Acedido 15 de Setembro).

UN- Habitat (s.d.b) *Urban Themes: Water and Sanitation*. [Online] UN- Habitat Página Oficial. Disponível em: <http://unhabitat.org/urban-themes/water-and-sanitation-2/> (Acedido 15 de Setembro).

UN- Habitat (s.d.c) *Urban Themes: Resilience*. [Online] UN- Habitat Página Oficial. Disponível em: <http://unhabitat.org/urban-themes/resilience/> (Acedido 15 de Setembro).

UN- Habitat (2011). *State of the world's cities 2010/2011: Bridging The Urban Divide*. UN- Habitat [Online]

Disponível em: file: <https://africacheck.org/wp-content/uploads/2014/03/State-of-the-world-cities-2010.pdf>
(Acedido 15 de Setembro 2016).

UN- Habitat (2013). State of the world's cities 2012/2013: Prosperity of Cities. UN- Habitat [Online]
Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/3387_alt%20(1).pdf (Acedido 15 de Setembro 2016).

UN- Habitat (2015). Habitat III Issue papers, 22- Informal settlements. UN-Habitat, New York. [Online]
Disponível em: <https://habitat3.org/documents> (Acedido 15 de Setembro 2016).

UN-HABITAT (2016). HABITAT III New Urban Agenda. UN-Habitat [Online] Disponível em:
<https://www2.habitat3.org/bitcache/97ced11dcecef85d41f74043195e5472836f6291?vid=588897&disposition=inline&op=view> (Acedido 15 de Setembro 2016).

UNHCR (s.d.). Shelter. Alternative to camps. [Online] UNHCR Página Oficial. Disponível em: <http://www.unhcr.org/shelter.html> (Acedido 15 de Setembro).

UNHCR (2015). Global Trends. Forced Displacement. Geneve, UNHCR. [Online] Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/unhcrsharedmedia/2016/2016-06-20-global-trends/2016-06-14-Global-Trends-2015.pdf> (Acedido 15 de Setembro 2016).

Volume 40. (2014). Architecture of Peace Reloaded. Archis (2014) #2. Amesterdam: Stichting Archis.

Wilde, O. (1891). The Soul of Man Under Socialism.

Sinclair, C. (2015) entrevista à revista Dezeen. Disponível em: <http://www.dezeen.com/2015/08/27/ceylon-sinclair-interview-architecture-for-humanity-small-works-disaster-relief/>

Aravena, A. (2016) entrevista à revista Dezeen. Disponível em: <http://www.dezeen.com/2016/01/13/alexandro-aravena-interview-pritzker-prize-laureate-2016-social-incremental-housing-chilean-architect/>

Índice de figuras

Figura 01. Paper Emergency Shelters para a ACNUR - Byumba Refugee Camp, Rwanda, 1999. Disponível em http://www.shigerubanarchitects.com/works/1999_paper-emergency-shelter/index.html;

Figura 02. Paper Partition System - Shigeru Ban Architects. Disponível em http://www.shigerubanarchitects.com/SBA_NEWS/SBA_news_5.html;

Figura 03. Core Housing in Azerbaijan. Sinclair, C. (2006). Design like you give a damn. New York, NY: Abrams. Pag.125. Relief International;

Figura 04. Paper Log Houses em Kobe, Japão - Shigeru Ban Architects. Disponível em <http://www.archdaily.com.br/br/01-185116/projetos-humanitarios-de-shigeru-ban>;

Figura 05. Rufisque Women's Center, Senegal – Hollmén Reuter Sandman Architects. Sinclair, C. (2006). Design like you give a damn. New York, NY: Abrams. Pag.125. Relief International; Pag.227;

Figura 06. The Hopi Nation Elder Home em construção. Sinclair, C. (2006). Design like you give a damn. New York, NY: Abrams. Pag.125. Red Feather Development Group;

Figura 07. Local Women use traditional technologies. Barefoot College. Sinclair, C. (2006). Design like you give a damn. New York, NY: Abrams. Pag.204;

Figura 08. Acampamento de refugiados polacos da 2ª Guerra em Teerão, Irão em 1943. Disponível em https://en.wikipedia.org/wiki/File:Teheran,_Iran._Polish_refugee_colony_operated_by_the_Red_Cross_has_a_colorful_setting_in_the_outskirts_of_the_city.jpeg. U.S. Government;

Figura 09. La "Maison des Jours Meilleurs" - Jean Prouvé, 1956. Disponível em <http://www.maison.com/architecture/histoire/maison-prefabriquee-selon-jean-prouve-6540/>. ©Centre Pompidou/ MNAM/ Bibliothèque Kandinsky/ Fonds Jean Prouvé;

Figura 10. Dymaxion House- Buckminster Fuller. (U.S. pilots stand in front of a cluster of Dymaxion Deployment Units, North Africa, 1944). Disponível em https://alastairgordonwalltoward.files.wordpress.com/2014/04/ddus-in-north-africa-c-1943-shorpy_8d30119u.jpg;

Figura 11. Aldeia de Nova Gourna no Egípto. Fathy, H. (1973). *Architecture for the poor, an experiment in rural Egypt*. Chicago: University of Chicago Press. *Arquitetura para os pobres, uma experiência no Egípto rural*. 1ª ed. (2009). Lisboa: Argumentum / Dinalivro. Pag.80;

Figura 12. Construtores locais em Nova Gourna, Egípto. Fathy, H. (1973). *Architecture for the poor, an experiment in rural Egypt*. Chicago: University of Chicago Press. *Arquitetura para os pobres, uma experiência no Egípto rural*. 1ª ed. (2009). Lisboa: Argumentum / Dinalivro. Pag.22;

Figura 13. O habitat troglodítico em Lo-yang. Rudofsky, B.: *Architecture Without Architects*. N.Y.: MOMA 1964. Disponível em [http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1268#prettyPhoto\[inline\]/6/](http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1268#prettyPhoto[inline]/6/);

Figura 14. Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal. AAP- (1980). *Arquitetura Popular em Portugal*. 2ª Edição. Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa.

Figura 15. São Victor – Arq^{te} Álvaro Siza Vieira – processo SAAL. Disponível em <http://ofhouses.tumblr.com/page/21>;

Figura 16. Intervenção na favela de Fubá-Campinho – Jorge Mário Jaurégui. Disponível em <http://www.archphoto.it/archives/438>;

Figura 17. Takatori Paper Church em Kobe, Japão– Shigeru Ban Architects. Disponível em https://en.wikipedia.org/wiki/Shigeru_Ban#/media/File:Takatori_Catholic_Church.JPG.

Figura 18. Vista interior da unidade da Quinta Monroy – Atelier Elemental. Disponível em <http://www.archdaily.com.br/01-28605/quinta-monroy-elemental/50102e3728ba0d4222001004-quinta-monroy-elemental-image>. Critobal Palma/ Estudio Palma;

Figura 19. Opera Village. Laongo, Burkina Faso – Kéré Architecture. Disponível em <http://www.architecturaviva.com/en/Info/News/Details/7436>;

Figura 20. Favela de Mathare, Kenia 2011. *Boundaries*,-International Architectural Magazine. (2013). N.º10, year III. *Architectures for Emergencies*. Agnese Samá;

Figura 21. Campo de refugiados de Zaatari na Jordânia 2013. Disponível em https://pictures.reuters.com/Package/2C04080Y6BD6L?PBC=2CKRYD1DWUK%3A2C040822TSR_0%3A2C04080Y6BD6L#/SearchResult&ALID=2C04080Y6BD6L&PBC=2CKRYD1DWUK:2C040822TSR_0:2C04080Y6BD6L&VBID=2C0BX417BU9W&POPUPPN=2&POPUPIID=2C0BF1OP5KQPO;

Figura 22. Mesquita de Aceh na Indonésia depois do Tsunami de 2004. Disponível <https://itess2013.files.wordpress.com/2013/05/311546179377.jpg>;

Figura 23. Danos causados pelo terramoto do Nepal em 2015. Disponível em <http://www.agenciasinc.es/Opinion/Prevenir-terremotos-un-lujo-para-los-paises-pobres>. SIM Central and South East Asia;

Figura 24. Cenário de guerra em Aleppo, Síria. Disponível em <http://www.wsj.com/articles/u-s-russia-reaffirm-cease-fire-in-aleppo-syria-1462386517>. Karam Al-Masri/Agence France-Presse/Getty Images;

Figura 25. Cenário de guerra no Líbano. Disponível em <https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/564x/cf/db/87/cfdb87a56ea566338b1e6730a3811844.jpg>. Steve McCurry;

Figura 26. Migrantes resgatados no Mediterrâneo desembarcam na Sicília. Disponível em <http://www.ibtimes.co.uk/mediterranean-migrant-crisis-baby-girl-born-italian-navy-ship-nearly-7000-rescued-one-weekend-1499691>. Antonio Parrinello/Reuters;

Figura 27. Campo de refugiados de Zaatari na Jordânia. Disponível em <http://www.abc.net.au/news/2014-06-10/inside-zaatari-one-of-worlds-largest-refugee-camps/5506792>. ABC New: Mathew Marsic;

Figura 28. Recent visit from Architecture Sans Frontières- UK. In <http://blogs.qub.ac.uk/architecture/2013/04/12/recent-visit-from-architecture-sans-frontieres-uk/>;

Figura 29. Hualin Temporary Elementary School. Disponível em <http://www.archdaily.com/489255/the-humanitarian-works-of-shigeru-ban/532b13a7c07a803b4200002d-the-humanitarian-works-of-shigeru-ban-photo>. Voluntary Architects Network;

Figura 30. Kimisagara Football for Hope Centre / AFO with Architecture for Humanity. In http://www.archdaily.com/267440/kimisagara-football-for-hope-centre-kdap/503ba73528ba0d447f0000a1_kimisagara-football-for-hope-centre-kdap_img_6522.jpg;

Figura 31. AFH Transitional Housing Competition. Sinclair, C. (2006). *Design like you give a damn*. New York, NY: Abrams. Pag.13;

Figura 32. 139 Shelter. Sinclair, C. (2006). Design like you give a damn. New York, NY: Abrams. Pag.89;

Figura 33. Place-based learning– Rural Studio. Oppenheimer Dean, A. and Hursley, T. (2002). Rural Studio. Samuel Mockbee and an Architecture of Decency. New York: Princeton Architectural Press. Pag 116;

Figura 34. Samuel Mockbee em Hale County no Alabama. Rural Studio. Oppenheimer Dean, A. and Hursley, T. (2002). Rural Studio. Samuel Mockbee and an Architecture of Decency. New York: Princeton Architectural Press. Pag 116;

Figura 35. Dave’s House – Rural Studio. Lepik, A. (2010). Small scale, big change. New Architectures of Social Engagement. New York: Museum of Modern Art. Pag 82;

Figura 36. Harris House 1997 - Rural Studio. Oppenheimer Dean, A. and Hursley, T. (2002). Rural Studio. Samuel Mockbee and an Architecture of Decency. New York: Princeton Architectural Press. Pag 39;

Figura 37. BaSiC Initiative. Disponível em <https://studiodaylight.wordpress.com/>;

Figura 38. Workshop InSitu no 2º Torrão, Trafaria. Fotografia do autor;

Figura 39. Escola em Ilima, Congo. MASS Design Group. Disponível em <http://www.designboom.com/architecture/mass-design-group-ilima-primary-school-congo-what-design-can-do-05-27-2015/>;

Figura 40. Módulos de habitação. Campo de refugiados na Síria – Small Works. Disponível em <http://inhabitat.com/revolutionary-construction-system-builds-low-cost-syrian-refugee-schools-out-of-sand/rebuild-construction-syrian-refugee-camps-by-pilosio-3/>;

Figura 41. St Jerome’s Children Center – Orkid Studio. Disponível em <http://www.archidatum.com/projects/st-jerome-s-childrens-centre-orkid-studio/>. Odysseas Mourtzouchos;

Figura 42. Paper Emergency Shelter – Shigeru Ban Architects. Disponível em <http://www.archdaily.com.br/br/01-185116/projetos-humanitarios-de-shigeru-ban/532b165dc07a803b42000033>. © Shigeru Ban Architects;

Figura 43. Paper Log Houses na Índia – Shigeru Ban Architects. Disponível em <http://www.archdaily.com.br/br/01-185116/projetos-humanitarios-de-shigeru-ban/532b169fc07a803b42000034>. Kartikeya Shodhan;

Figura 44. Paper Log Houses na Índia – Shigeru Ban Architects. Disponível em <http://www.archdaily.com>.

[br/br/01-185116/projetos-humanitarios-de-shigeru-ban/532b169fc07a803b42000034](http://www.archdaily.com.br/br/01-185116/projetos-humanitarios-de-shigeru-ban/532b169fc07a803b42000034). Kartikeya Shodhan;

Figura 45. Opera Village em Laongo, Burkina-Faso – Kéré Architecture. <http://www.arquiteturaviva.com/es/Info/News/Details/5620>. Diébédo Francis Kéré;

Figura 46. Escola em Maliphofu, Lesoto. Pedro Clarke e Camille Bonneau. Santiago Baptista, L. (2014). Práticas-emergentes.pt: Jovens arquitectos portugueses em tempos de crise. Arqa - 114 Práticas - emergentes.pt. p. 20-21. Lisboa. Pag.98;

Figura 47. LCCU – Lesotho Child Conseling United em Mazenod – Lesoto. Escola em Maliphofu, Lesoto. Pedro Clarke e Camille Bonneau. Santiago Baptista, L. (2014). Práticas-emergentes.pt: Jovens arquitectos portugueses em tempos de crise. Arqa - 114 Práticas - emergentes.pt. p. 20-21. Lisboa. Pag.106;

Figura 48. NLÉ Floating School – NLÉ. Disponível em <http://www.dezeen.com/2016/05/31/kunle-adeyemi-docks-makoko-floating-school-venice-architecture-biennale-2016/>. Jessica Mairs/Dezeen;

Figura 49. Protótipo Droneport na Bienal de Veneza 2016 - Norman Foster. Disponível em http://block.arch.ethz.ch/brg/project/venice-biennale-2016_droneport;

Figura 50. Torre de David em Caracas, Venezuela – Urban Think Tank, Justin McGuirk e Iwan Baan. Disponível em <http://iwan.com/projects/venice-biennale-2012-utt-iwan-baan-torre-david/>;

Figura 51. Exposição Portugueses Fora de Portugal – Tanto Mar. Disponível em <http://ultimasreportagens.com/ultimas.php>. FG+SG;

Figura 52. Exposição Portugueses Fora de Portugal – Tanto Mar. Disponível em <http://ultimasreportagens.com/ultimas.php>. FG+SG;

Conversa com Pedro Clarke e Tiago Mota Saraiva

Tiago - Em primeiro lugar, agradeço-vos a disponibilidade. Na minha opinião esta conversa faz mais sentido em grupo ao contrário do que inicialmente era suposto, ou seja, individualmente. Parece-me que deste modo iria ao encontro daquilo que me parece ser mais pertinente relativamente ao tema da arquitectura de emergência: debater. Mais do que opiniões isoladas gostava de compreender as ligações, redes e fricções possíveis. É importante a vossa presença, não só pelo facto do vosso trabalho estar directa ou indirectamente ligado às práticas de emergência, tanto de vista teórico como do ponto de vista prático, ao se envolverem numa série de assuntos sociais mais ou menos esquecidos pela classe dos arquitectos, mas também pela vossa participação no projecto “Tanto Mar”. No caso do Tiago enquanto curador e o Pedro como participante. Nesse sentido, queria partilhar a inquietação que sinto relativamente a esta aparente incongruência: por um lado, temos um período caótico que a humanidade atravessa, com uma série de crises profundas que têm surgido, desde guerras a catástrofes naturais e que mediaticamente aparecem à nossa frente todos os dias, e por outro uma crise também profunda na prática da arquitectura. No fundo, como é que se explica que, apesar da importância do arquitecto na resolução destes problemas, para providenciar as condições mínimas de existência, habitação, saúde, bem-estar, planeamento, etc. continue a existir uma enorme escassez de encomenda no mercado de trabalho?

Pedro Clarke - Escassez de encomenda... Eu acho que de facto há uma escassez de encomenda nesse tipo de projectos. Em Lisboa, quase que não há escassez de encomenda para um sector médio/alto. Aliás isso voltou muito de repente e parece que se deixou de pensar na escassez. Acho que agora estamos a começar a pensar o que se faz às pessoas que habitavam aqui no centro de Lisboa. Essas sim, tem fracas condições de habitabilidade e estão a ser deslocadas, empurradas, com as rendas a alterar e sem sabermos muito bem para onde é que estão a ir. Tu és capaz de saber melhor que eu Tiago, para onde estão a ir

essas pessoas?

Tiago Mota Saraiva - Nós até neste prédio sofremos dessa inflação. Temos aqui uma empresa que faz este ano 50 anos que aqui está, uma loja de carimbos. Temos também um grupo de artistas com aluguer de salas e temos uma senhora que vive cá desde sempre, com oitenta e muitos anos. Tudo o resto está vazio e expectante. Provavelmente, quando o nosso contrato terminar, também nós iremos ser provavelmente empurrados daqui. Cada um para o seu sítio, cada um tentando resolver as suas dinâmicas familiares. No nosso caso a dinâmica de trabalho.

É importante perceber-se uma dinâmica que eu vejo como muito tipicamente europeia. Tiremos desta conversa a realidade da América-latina, que é uma realidade muito diferente, mais complexa e que do ponto vista da prática do projecto de emergência sempre existiu e continuará a existir. Este tipo de projectos tiveram bastante impacto, sobretudo a partir da prática do Aravena, ou melhor, não tem só a ver com o Aravena, tem também com um meio de comunicação que arrasa com todos os outros meios: o Archdaily, que tem uma força gigante em lançar tudo o que é a nova arquitectura chilena, tudo o que é do Brasil, criando de repente um instrumento de comunicação e de divulgação muito forte desse tipo de arquitectura.

PC - Eu, antes de conhecer a Archdaily, conhecia a “plataforma arquitectura chilena”

TMS - Que é deles.

PC - Sim. Não sei se entretanto se fundiram ou seguiram em paralelo mas antes não havia associação. De qualquer modo, a base e os conteúdos da plataforma chilena que são muito mais interessantes, do ponto de vista de projectos sociais ou dos projectos com impacto na população, do que aquilo que eu falo muitas vezes, que é o projecto feito para a fotografia que aparece na Archdaily.

TMS - Sim, mas eles sabem isso. Quando eu andava na faculdade era El Croquis. Abríamos na primeira página e sabíamos que eram os arquitectos da moda. Só que agora com o Archdaily, já está tudo publicado e acessível, ou seja, a El Croquis já não tem o valor que tinha. Para a maior parte dos arquitectos já não é a referência que era. Eu lembro-me quando

saía o Koolhaas, os Herzog, aquilo era a novidade. Íamos à procura de imagens. O Archdaily trouxe isso tudo com muito mais volume, com fácil acesso e a chegar a toda a gente.

T - E gratuitamente.

TMS - Exacto. E de fácil acesso a toda a gente.

PC - De qualquer modo o que eu digo, é que, a plataforma de arquitectura chilena tem uma curadoria diferente da do Archdaily, devido ao público alvo.

TMS - Sim, é verdade. Tal como a Archdaily do Brasil.

PC - E é engraçado vermos que às tantas começam a dar a volta. Começam a aparecer imensos projectos emergentes, de emergência ou de desenvolvimento. Embora exista muita desta arquitectura que não é de emergência que não está a resolver nenhuma questão que passe pelos pontos vitais da vida humana ou pela resolução e garantia de questões mínimas necessárias à sobrevivência. Mas, há muitos desses projectos que passam pela plataforma de arquitectura chilena e depois não passam em mais nenhuma das outras.

TMS - Sim, é verdade. Eu acho que eles têm uma margem de massificação, ou seja, a velocidade de produção é tremenda. Quando eles dizem que publicam, e dizem “queremos isto ou aquilo vosso”, para nós enviarmos esse material demora muito tempo. Existe ali uma produção de notícias e conteúdos que é importante. Eu na resposta retiraria a América-latina deste contexto. Porque é um caso extraordinário. Talvez focar-me-ia na Europa, apesar de nos Estados Unidos haver casos interessantes como tu vês. De repente as representações dos Estados Unidos são hiper críticas. São críticas ao que é a realidade americana e sempre muito nesta área. Inclusivamente, também nas bienais de Veneza vês isso muito bem. Mas na Europa eu acho que arquitectura nunca esteve dissociada da situação política que se vive, com todas as consequências. Depois de 2008, tivemos praticamente por toda a Europa, a lógica da austeridade. Austeridade que tem uma ideia base que é e só pode ser implantada se houver duas ideias: a de ser impossível fazer outra coisa que não aquilo. E a consequência é as pessoas deixarem de sonhar sobre o que pode ser a outra coisa que não aquilo e

deixando de haver esse sonho, que tem muito a ver com a nossa prática de projecto, ou seja, nós projectamos no presente, uma coisa que é o melhor possível para o futuro. Assim a própria actividade da arquitectura está condicionada pela lógica do: “desculpem, mas isto só pode ser assim”

T - Da austeridade...

TMS - Do “Só pode ser assim com estes valores. Só pode ser como foi feito antes”, portanto começa-se a criar uma lógica em que todo o ambiente torna-te “anti-projectar-o futuro”, ou seja, “anti-arquitectura”. Portanto quando tu falas sobre a queda brutal da encomenda, de facto isso acontece. Mas não há quebra brutal das necessidades, ou bem pelo contrário, há um aumento das necessidades. As pessoas vivem pior. Há uma movimentação enorme, quer seja porque as pessoas perdem as casas ou são despejadas. Há no fundo um conjunto de necessidades de arquitectura que aumenta porque também há menos dinheiro para a manutenção e portanto tem de haver mais reabilitação. Mas a na realidade, há menos encomenda formal. E aí sim é que eu noto que há muitas pessoas que vão desistindo, porque muitos gabinetes de arquitectura estavam habituados a que o projecto chegasse pelo telefone. A alteração que sinto nos gabinetes que começam a ser mais ou menos economicamente sustentáveis é que o projecto é criado desde o início, até mesmo financiado.

PC - Ou seja, vão muito atrás de ideias de projecto, arranjando depois financiamento com as populações para que estes aconteçam. É uma lógica de encomenda que não existia há uns anos, ou existia pouco.

TMS - O SAAL é um pouco isso.

PC - Se olharmos para o volume mundial da arquitectura que se foca nesse sector ou nesse percentil de necessidades, verificamos que é quase nula. A arquitectura desde sempre está vocacionada para o mercado do mecenato e para encomenda pública estatal. Para fazer dinheiro. Era pouca aquela arquitectura que era benevolente.

TMS - Eu lembro-me quando tínhamos um ou dois anos de atelier e fomos convidados para

apresentar numa conferência e nos anunciaram como os arquitectos políticos. Mas isso era muito mal visto na altura. Era uma coisa para nos marcar, porque dizia-se que arquitetura não deveria ser política. Ou seja, a arquitectura era meramente uma questão técnica em que deves dar o melhor possível para aquele programa que te é dado. A nós, isso nem nos passa pela cabeça. Na maior parte das nossas encomendas pedem-nos para construir o programa.

PC - Isso também tem a ver com a questão das escolas. No Porto nunca te passaria pela cabeça construíres o programa. Tínhamos uma folha que nos era dada com as premissas do projecto onde estava tudo definido, enquanto que em Oslo já era completamente diferente, os primeiros meses de projecto era para definir o programa. E voltando ao Reino Unido, onde a arquitectura é quase toda comercial, não digo no sentido de qualidade mas no sentido de que no final vai haver sempre a ideia de se vender, a primeira fase de projecto, é mesmo só definição de programa. Ou seja, já há essa tradição de construir o programa.

T - Queria agora pegar em dois pontos que vocês falaram. Um, tem a ver com esta questão da imagem que o cliente tem do arquitecto. Tanto de quem tem poder de compra como de quem não tem o luxo de poder vir a tê-lo. Por um lado, somos necessários, mas demasiado caros para poder servir toda a gente. Pegando nesta ideia que já abordaram, a do arquitecto que sai para rua à procura de encomenda, de que forma é que estas duas realidades do arquitecto activo, ou activista são compatíveis com esta mudança aparentemente necessária da imagem? Tanto para a arquitectura corrente, de elite, como para os outros 99% que pensam que arquitectura é um luxo, que está apenas reservada para aqueles que a podem pagar? De que forma é que esta dimensão activista combina com esta necessidade de mudar o paradigma e no fundo a imagem que a sociedade tem do arquitecto?

TMS - Deu muito jeito à sociedade dizer que o arquitecto é cheio de maneirismos e que ninguém o percebe bem. “Ou tenho dinheiro para pagar, ou vai arranjar sarilhos em obra” Mas a culpa é dos arquitectos.

PC - Eu conheço arquitectos que são assim. Que chegam á obra e perdem a cabeça quando as coisas não são executadas como planeadas no projecto.

T - E isso conta para a imagem que a sociedade tem do arquiteto?

TMS - O paradigma só vai mudar quando os arquitectos começarem a aparecer no “Correio da Manhã.” Critica-se muito o “Correio da Manhã”, mas é onde tu vês muita da realidade onde nós trabalhamos. É a partir daí que comesças a dizer que estamos realmente enquadrados na sociedade e 99% das pessoas percebe o que nós estamos a tentar dizer.

PC - Acho que tem a ver com uma coisa que me interessa sempre muito, que é a questão da relevância da arquitectura. Muitas vezes deixamos de ser relevantes porque os clientes de luxo querem-nos por já sermos conhecidos, conhecem a imagem e estão a comprar uma assinatura, mas sem querer de facto a nossa opinião. Querem a marca e em casos excepcionais, deixam-nos desenvolver o projecto livremente e acham que é como uma peça de arte. A maior parte da arquitectura não é assim. A maior parte da arquitectura é perceber as necessidades de quem nos está a contratar, prestando um serviço profissional o melhor possível com o que eles têm. Estares a dizer a uma pessoa que habita numa barraca que lhe vamos desenhar uma casa com 5 andares e com piscina, é uma ofensa. Não faz sentido. O arquitecto tem de saber fazer uma arquitectura relevante para quem é destinada.

TMS - Os arquitectos que trabalham assim, já não se enquadram nesse caso, de olharem para nós e acharem que somos caros. Eu tento dizer sempre às pessoas que trabalham connosco, com mais ou menos dinheiro, que trabalharem connosco sai mais barato do que se não trabalhassem. Nós não fazemos pormenores para serem deliberadamente caros. Podem ser mais caros no momento da execução, mas ao fim de dez anos dão menos trabalho e têm menos manutenção. Eu tenho falado muito nessa questão, por exemplo quando pensamos na cultura anglo saxónica, onde o ornamento entra sempre muito nas contas. Por exemplo, cá em Portugal não entra nada. Na manutenção isso representa por volta de 10% do valor total da obra.

Ainda por cima, em Portugal que é um país pobre e externamente financiado. Nos financiamentos que fizemos com a União Europeia, não considerámos verbas para a manutenção. Depois ficamos com os monos. Hoje temos uma “coisa fantástica”, mas nunca pensamos bem como vai ser a sua manutenção. Temos que investir um bocadinho mais no

princípio, para poder reduzir os custos posteriormente. E isso está a entrar nos discursos.

...

PC - Vi no outro dia um documentário na televisão chamado “gentes do rio.” Falava sobre uma aldeia de pescadores na Índia, sobre gente do rio, que vive da pesca, e em que a maior ambição era comprar uma chapa daquelas ondulantes utilizada para revestir as coberturas. Eles compravam-nas, o que para eles era caríssimo, mas sabiam que estavam a investir no material, que moldado servia para um barco que iria durar 10 anos. Mais do que investir em algo que lhe servisse de forma apenas imediata, o que ele queria era algo que não requeresse manutenção. E é isso que muitas vezes as pessoas não percebem. É que ao investirem um pouco mais no início, estão a poupar em vários níveis a longo prazo. Muitos dos projectos feitos nas câmaras e por alguns privados, vão ter um impacto social que têm custos brutais nas cidades.

T - Tenho impressão que essa mensagem não passa. Pode ser ilusão minha, eu estou mais ou menos viciado, mas vejo mais como optimismo da nossa parte do que propriamente uma mudança efetiva. Concordam que o papel social do arquitecto no plano mediático das catástrofes, raramente é considerado enquanto elemento fundamental?

TMS - Visitei Há dois meses o campo de refugiados na Grécia e uma das coisas que perguntei ao vice-presidente da câmara foi: “e arquitectos a trabalhar aqui?” ao que ele responde que não havia. Quem fez o plano daquilo? estamos a falar de um campo de refugiados dos melhores, com contentores, um assentamento formal e que foi feito por um engenheiro militar.

PC - A seguir ao recente tremor de terra Italiano, o Renzo Piano foi logo convocado, não sei com que capacidade, para fazer parte da reabilitação da cidade. Na emergência, na primeira resposta, muitas vezes os arquitectos não são chamados porque a imagem é a de que as condições básicas e mínimas raramente são reinventadas. A forma de agir da ONU, e das ONGs, está definida. Elas sabem como é que vão, o que fazem, e é muito difícil alterar esse mecanismo. O Shigeru Ban faz algumas intervenções, mas não é no momento imediato. Naquele tempo imediato, após a catástrofe, que dura normalmente 1 ou 2 dias, não há

tempo para projectar. Existem situações testadas e que são implementadas. Tectos, comida e cobertores.

TMS - Havia um vídeo no “Tanto Mar”, que o Pedro Salavessa fez na Namíbia, ele basicamente trabalhou sobre um manual de regras para dar às populações em situações de catástrofe. Basicamente tinha a ver com a escolha do terreno e com outras informações básicas. São situações que funcionam por protocolos.

PC - Os processos podem ser melhorados, mas a resposta tem de ser tão rápida que não há tempo. Eu sei que as Nações Unidas têm arquitectos residentes. Em projectos de desenvolvimento e cooperação, o nosso método de trabalhar, os planos de trabalho e a implementação do projecto em obra, os mapas de trabalho, são ferramentas óptimas para aplicar em qualquer situação. Há outras profissões que não passam por isso.

TMS - É a necessidade de olhar. Olhar e ver como dizia o Saramago. Não estamos suficientemente coordenados para transmitir esse valor, não existe porque o arquitecto tem um tipo de comunicação e um tipo de linguagem que é um refúgio de superioridade em relação aos outros. Socorrem-se de uma terminologia muito própria, que os mais mortais não entendem. Vejo isso nas câmaras, nas consultas públicas. A maneira mais fácil de impedir projectos é começar a falar em leis, como os juristas que fazem a mesma coisa. O maior elogio que me fizeram foi num bairro em que tínhamos trabalhado e onde o vice-presidente numa das apresentações começou a utilizar a linguagem de arquitecto que tinha desenvolvido ao trabalhar connosco. Faz uma descrição longuíssima e uma velhota no meio da plateia manda-o calar e pede para que seja passada a palavra ao arquitecto, porque não se estava a perceber nada. Eu explicava por exemplo, o que era um licenciamento, dizendo que era uma espécie de BI do edifício e nós o que fazemos é dar o material para esse BI ser feito, como um certificado. Este tipo de coisas torna mais claro o discurso.

PC - Há que desmistificar a linguagem e a forma de trabalhar. Acho que na maior parte das vezes os clientes acham que os arquitectos estão ali para fazer projectos para eles e não para o próprio cliente. Mesmo nestes ambientes da arquitectura participativa, as pessoas acham por vezes que estão a ser manipuladas.

T - E vocês sentem-se optimistas em relação a essa agenda social?

PCA - Agenda sempre houve.

T - Retomando o conceito da arquitectura de emergência, de que forma é que não só o arquitecto, mas também e sobretudo o estudante de arquitectura, vê as práticas de emergência? Será que tem havido de facto uma mudança nas escolas?

TMS - Na escola, de modo algum.

PC – Sim, eu concordo.

TMS - Há pouco tempo estive com uma série de gente que está ligado a estes assuntos e constatou-se que nenhum de nós dava aulas. Eu dei aulas na Universidade Moderna e na Faculdade de Arquitectura, mas fui um dos primeiros a ser corrido quando apareceu a crise.

T - A crise e todas as exigências academistas, pelos requisitos curriculares, que começaram a exigir aos professores?

PC - Eu acho que a questão é outra. Há muito mais estudantes e jovens arquitectos com interesse nesta área, e muitos experimentam envolver-se. Mas no momento em que são convidados ou têm que começar a trabalhar ou estagiar e se deparam com o tipo de arquitectura que foram doutrinados para fazer, quando ganham a independência de atelier, raramente regressam a essas práticas. Tenho ideia que para muitos, este tipo de arquitectura serve como escapatória à falta de encomenda.

T - Aparentemente, estes dois modos de vida não são compatíveis. Pelo menos tu Pedro, na entrevista que deste em 2014 para a ARQA falas em “arquitECTURA para todos” e já te ouvi dizer isso várias vezes. Parece haver uma divisão entre a arquitectura erudita ou trivial se quiseres, que vemos por aí e que é ensinada nas escolas, e uma outra com uma necessidade política e social mais justa das classes desfavorecidas, uma arquitectura de causas. Existirão

hipóteses para os ateliers conseguirem conjugar estas duas realidades? Aceitarão o desafio de enquadrar estas práticas e haverá espaço para os alunos conhecerem a dinâmica viável e estabilidade financeira, enquanto fatia de um sector mais real e concreto? Haverá abertura? Será sustentável?

TMS - Todos os ateliers estarão disponíveis para abrir esta porta? Não é por aí. Uma das grandes questões para saber se isto vai ser uma moda ou não, seria perceber a sua sustentabilidade. Existirão projectos de facto transformadores ou se passado dois anos são abandonados? Ultimamente, temos proposto que as entidades públicas contractem um gabinete de apoio local, que faça uma espécie de desmame do gabinete de arquitectura para que possamos estar lá durante 5 anos a apoiar. A questão da sustentabilidade é fundamental e é importante que não se caia na lógica do voluntariado, ou seja, que não se abra porta à lógica do não pagamento. Não permitir que aquilo a que chamamos os processos participativos, de emergência e de transformação, caiam numa forma de exploração como outra qualquer. Sustentabilidade significa que estes ateliers têm de funcionar com lógicas de trabalho tão lícitas quanto os outros, para que todos consigam viver e financiar os seus projectos e os seus trabalhadores. Isso é que poderá dar a sustentabilidade do sector. Estas pessoas conseguem viver a trabalhar dos projectos que fazem. Se assim não for, vai ser um fiasco.

PC - Nós temos trabalho que fazemos com base nos honorários de outros projectos e em que somos obrigados a fazer alguns “desvios” para poder alimentar projectos em que acreditamos e que achamos importantes. Mas chega a um momento que isso não é sustentável, deixa de ser possível.

T - No fundo é essa a figura do arquitecto-promotor, que também é financiador dos seus próprios projectos, ou seja, alguém que terá de angariar fundos para promover ou concretizar os seus projectos.

TMS - Há imensas comunidades em que chegamos e nos perguntam se nós não trabalhamos de graça, mesmo quando há maneiras de saberem em quanto foi orçamentado a obra. É sempre um assunto sensível. Algo que me enche de orgulho e que dá para perceber a

realidade do nosso país, é o relatório que é feito todos os anos pelo Banco de Portugal, onde este indica as condições financeiras de cada sector no país. Em Portugal, em 2014, havia 3.000 empresas de arquitectura e engenharia. Nós fazíamos parte dos 10% de maior volume global e fazíamos parte do 1% ao nível do emprego. Nós somos o 27º empregador em Portugal na área da arquitectura, o que é arriscadíssimo. Nós, nesse ano tínhamos pago 100.000€ de recursos humanos e a média era de 10.000 euros, que nem era o salário mínimo. Ao mesmo tempo tens esta barbárie. Há dias vi uma comunicação feita pelo atelier SANAA a um estagiário, onde o convidava a fazer um estágio de 3 meses a trabalhar mais de 12 horas por dia, 6 ou 7 dias por semana, dizendo-lhe que no final não lhe faria contracto. Combater isso tem a ver também com a nossa pratica social. Não podemos ser alheios a estas situações.

T - O arquitecto intervém directamente com as pessoas e com a construção do espaço. Não haverá no entanto uma tendência de o excluir da gestão do espaço ou das decisões que interferem com estes assuntos? Existem as figuras do economista e do político muito mais que o arquitecto a interferirem nestes assuntos.

PC - Mas isso é muito culpa do arquitecto. Nós como arquitectos, temos um bocado a mania da incompreensão. Andamos aqui sempre com algo a dizer sobre a construção do espaço público, sobre as decisões políticas ou culturais, mas nunca “nos compreendem”.

TMS - Eu vejo isso por exemplo, no tempo que os arquitectos falam sobre as suas obras nas conferências. Muitas vezes dizem pouco ou nada sobre elas. Largam imenso jargão sobre arquitectura e o quanto se chateiam pelas mudanças, alterações e desvios que as suas obras sofrem no processo, por aquilo não resultar como planearam. É uma forma de se acharem incompreendidos e ao mesmo tempo de passar essa imagem. É uma angustia. É uma desculpa para se sentirem excluídos na sociedade.

PC - Para essas pessoas a arquitectura é um objecto. É um fim e não um processo. Para mim isso é que interessa. Para mim, o projecto ter de passar por essas contingências, é que o enriquece. O engraçado é pensá-la como processo, é ter um desafio e saber à partida que ele vai passar por diversas etapas que o vão moldando. Desafios com empreiteiros, com donos

de obra, com o financiamento, até ao momento que ela deixa de ser nossa e é ocupada por quem a encomendou. Há muitos arquitectos que dizem, ofendidos, “puseram-me uns sofás horríveis, tiraram os puxadores, puseram estendais no alçado principal”, quando isso faz tudo parte de uma visão antiga em que o arquitecto era o dono da obra. Há uma questão sobre a autoria. Em Portugal ainda se faz muita cerimónia com a questão da quando se vai pegar no projecto de um colega. Acho, no entanto, bem que se contacte e discuta com o autor. Mas no Reino Unido isso já não existe. O projecto é encarado como um processo faseado. És contratado para uma das etapas e se a fizeres bem, és contratado para a seguinte.

T - No Reino Unido, há uma espécie de especialização.

PC - Não é uma especialização. A arquitectura resulta de um processo com várias fases. Tu encaixaste ou não numa ou mais dessas fases. Por exemplo, os termos de responsabilidade não existem também nestes casos. São realidades completamente diferentes.

T - Continuando a comparação com outras áreas de estudo, mesmo havendo esse sentido mais autoral relativamente ao trabalho que desenvolvemos, ainda existe uma desvalorização do papel do arquitecto neste tipo de processos.

O Cameron Sinclair da Architecture for Humanity dá o exemplo, numa entrevista em 2015, de vários serviços que são prestados às maiores ONGs, relações públicas, análise de dados, consultoria, etc., serviços estes pagos a peso de ouro, valores que às vezes ultrapassam o valor total da construção do próprio projecto e ao mesmo tempo que querem que o arquitecto trabalhe de graça.

TMS - Eu cheguei a dizer a pessoas do governo, inclusivamente do actual, o seguinte: se nos reduzem demasiado os preços, eu não posso contratar. Portanto “eu”, ou vou trabalhar com falsos recibos verdes, ou vou trabalhar sem pagar, ou então vou arranjar falsas formas de financiamento e mais dia menos dia estas pessoas vão pedir subsidio de desemprego ou de reinserção social. Vocês é que me esmagaram e obrigaram-me a esmagar-los. Eu devo ser uma excepção. Digo sempre que adoro pagar impostos. Porque isso é bom sinal. É sinal que sobrevivi a todos esses processos. Nós tentamos dar lucro. Somos uma empresa e se pagarmos os nossos impostos, fazemos parte do estado e ajudamos a construir um bem comum. Uma

análise que estamos a fazer neste momento, é a de um concurso que não vamos participar, porque é descabido. Um engenheiro orçamentou-nos um projecto bastante acima daquilo que o concurso possibilita. O que estamos a dizer é que ninguém vai enriquecer. Se recebo pouco, pagarei pouco e é um processo que não tem fim, até alguém trabalhar de borla. É no entanto um projecto que nos deveria preocupar, pelo valor intrínseco do programa e do edifício. Devia ser tratado com outro cuidado. Devia por exemplo ser necessário, para além de apresentar currículo, ser feita uma análise aos projectos desse mesmo currículo. Esses projectos podem ser maus. É necessária uma avaliação cuidada. Será suficiente para uma nota curricular, um projecto que resultou bem e não apenas o facto de, por exemplo, ter apenas um projecto feito. Outra das coisas que o estado devia exigir, era o número de trabalhadores das empresas que concorrem. Isto é, um projecto grande exige um número grande de trabalhadores, portanto queremos ver quantos colaboradores é que estas empresas têm.

PC - Nós quando fazemos concursos de empreitada e concursos de obra, pedimos os salários que vão ser pagos aos trabalhadores, carpinteiros, pedreiros, para sabermos que tipo de empresa está a ser contratada e se esta é minimamente credível.

TMS - Isso é muito importante.

PC - Na arquitectura hoje em dia isso parece esquecido. Num projecto que nos encomendaram para 300.000€ de valor de custo de obra, pedido por um cliente que chegou a Portugal através dos vistos Gold e que nos chamou por saber que trabalhávamos entre Londres e Lisboa, pedimos um valor de 30.000€ para arquitectura e especialidades. Fomos o mais caro. Havia propostas de 12.000€ com IVA. Isto cria um desequilíbrio brutal. Não podemos continuar a trabalhar com os honorários tão baixos, numa corrida ao mais barato. Compete-se pela destruição da profissão.

T - Queria abordar mais uma questão fundamental relativamente à organização da exposição “Tanto Mar” na Garagem Sul do CCB em 2014. Parece-me que é uma exposição que surge oportunamente num período que falamos de crise na profissão. Em oposição a uma competição desleal e desmedida, surge uma iniciativa que cria ligações entre os que cá estão e os que estão lá fora. À luz daquilo que falámos da posição activa ou activista do arquitecto,

pergunto-vos a um, enquanto curador e a outro enquanto participante, como partilharam essa experiência?

TMS - A exposição partiu muito de nós e das nossas relações de amizade. Em 2007/2008 ajudávamos muitos a sair. Tínhamos um mapa sobre isso. A maior parte dos arquitectos que cá estavam tinham feito Erasmus ou tinham trabalhado fora de Portugal e nós servíamos como contacto para essas pessoas no atelier. Éramos uma espécie de plataforma. Fazíamos a primeira ligação de quem cá estava e queria sair do país. Por isso a plataforma “Tanto Mar” já existia informalmente aqui no atelier. Nós primeiro candidatámo-nos num Open Call do CCB para exposições. Surge o nome Tanto Mar. O CCB não tinha verba diz-nos que sim, mas tínhamos de ficar encarregues de encontrar o financiamento. Ainda não havia a Garagem Sul, era ainda um projecto, uma ideia. Conseguimos angariar dinheiro para fazer a investigação. Depois o CCB consegue a verba para a exposição dos conteúdos. Isso permitiu trabalharmos sobre o assunto durante o ano e abrir o projecto a pessoas que não conhecíamos. Estamos agora a pensar em fazer um livro sobre a exposição, mas já com atualizações. Houve a perspectiva de fazer uma itinerância chegou a haver um convite da Secretaria de Estado no âmbito da celebração do aniversário do Rio de Janeiro, mas fomos ultrapassados pela Joana Vasconcelos. Aquilo que queríamos agora era apresentar um livro. Para que a informação ficasse. Um livro fica.

PC - Quando nos convidaste para entrar na exposição estava curioso relativamente ao volume de trabalho que existia nessa área. Em 2007 fiz os primeiros trabalhos nesta área, ainda como aluno da FAUP, fi-los porque não queria acabar o curso sem ter construído. E como não me deixaram construir aqui na Europa, fui para o Lesoto. E lembro-me, que quando pesquisei sobre o assunto para escrever a tese, não havia quase nada que eu pudesse consultar e que tivesse um grande impacto para o que estava a fazer. Ao início, alguns dos orientadores acharam que a ideia era estranha. Depois de a apresentar, lá conseguiram reconhecer que era arquitectura o que se estava a fazer e não um devaneio qualquer. E correu bem. Na altura não fazia ideia que havia muito mais gente a trabalhar nesta área.

T - Não há comunicação

PC - E às tantas devia ser assim, porque se não, corre-se o risco de cair no outro extremo que é o poverty porn, que é estar a mostrar imagens que são quase indecentes. Assusta-me quando há muita comunicação neste meio.

TMS - Eu aí discordo. A comunicação tem de ser utilizada de forma clara. Nós trabalhamos muito nisso. Por exemplo, no processo de legalização do bairro da PRODAC em que eramos muito mal vistos, a comunidade local tinha uma relação muito má com o arquiteto da câmara e isso transpôs-se para nós. Depois a bienal de Veneza deu um prémio ao projecto “Working With The 99” onde o projecto da PRODAC foi usado como case study e de repente no bairro passou estar na boca do mundo. O trabalho foi publicado e despoletou a ideia de que lá fora, a “Arquitectura” reconhece o nosso bairro e o trabalho que nós fizemos. Gente de todo o mundo apareceu para visitar. É óbvio que existe sempre a preocupação em não tornar aquilo num jardim zoológico. Rejeitámos fazer imensas visitas e determinadas entrevistas por isso. Mas no fim, produziu um bom efeito. Foi um bom instrumento para fazer chegar a mensagem a um maior número de pessoas. Por exemplo, quando ganhámos o premio da Archdaily com as cozinhas comunitárias fizemos uma apresentação. Não nos interessava nada glorificar o atelier, os agentes e o que foi feito, mas sim falar do futuro e dizer que iria haver um realojamento a seguir. A câmara ainda não tinha dito nada sobre isso, não sabíamos na realidade se assim seria. A câmara a ficou num embaraço brutal, mas isso precipitou o realojamento dessas pessoas. Era a nossa agenda. Ao ganhar o prémio, era importante olhar para o futuro e saber o que fazer a seguir.

PC - O que me assusta na difusão da comunicação é a gestão de expectativas. É sempre um desafio o maior. Se as coisas antes de acontecerem são demasiadamente especuladas, cria-se o risco de esperar imenso e as coisas não correrem como planeado e estamos a falar de pessoas que não veem as vidas mudadas. A expectativa de que nada aconteça é difícil de gerir.

T - De que forma é que vêm a evolução do meio para o futuro?

TMS - É preciso ganhar escala. Uma lei por exemplo. Juntarmo-nos. É determinante criarmos uma rede simbiótica para ganhar um papel signficante. Por exemplo, nós, a Artéria se existir

uma lei que apareça para lidar com a gentrificação em Lisboa, mal ou bem, vai-nos passando por aqui, pedem-nos opinião. Mas é necessário ganhar uma escala a nível nacional.

T- Não é essa a tarefa da Ordem dos Arquitectos?

TMS - A Ordem dos Arquitectos está direccionada para outras coisas.

T - Falta a rede. Aliás, a exposição “Tanto Mar” tinha uma plataforma online que tentava dar continuidade ao projecto, uma noção de longevidade. Acho que pode ser um repto para o futuro.

TMS - A plataforma acho que vai reaparecer.

T - Através do tal livro?

TMS - Sim, acho que sim. Reuni-me com o CCB sobre o futuro do “Tanto Mar”. Alguns materiais estão obsoletos. Vamos ter materiais novos para usar e é ver como isto vai ter continuidade. É preciso financiamento para ter gente a trabalhar nisto, a rever o que foi feito entretanto e tirar algumas conclusões. Não tirámos nenhuma quando houve a exposição era um momento e queríamos marcá-lo um mais como uma postura arquivística.

PC - Era um momento.

TMS - O objectivo era disponibilizar material sobre o que estava a ser feito. Fazer um ponto de situação. Foi um período rico. Aconteceu o “Tanto Mar”, depois a Trienal de Lisboa e depois a representação na Bienal em Veneza com o Homeland. Diziam-me “depois desta sequência, nada vai ser como dantes!” e eu respondia “vão ver que a próxima representação portuguesa há-de ser o Siza (risos)”.

PC - Voltou tudo ao mesmo.

